

PREGÃO ELETRÔNICO
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026
Processo Administrativo nº 01201.000302/2026-21

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO, CNPJ 01.263.896/0019-93, por meio do(a) Instituto Nacional do Semiárido, sediado(a) FRANCISCO LOPES DE ALMEIDA, 4.000, bairro SERROTAO, na cidade de CAMPINA GRANDE/PB , CEP 58434700, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Maior desconto, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 16/06/2026

Hora Inicial : 09:00

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de serviços contínuos de ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE DE FROTA, com implantação e operação de sistema informatizado e integrado, via internet, com tecnologia de pagamento e controle por web, nas redes de estabelecimentos

credenciados pela CONTRATADA, para execução de manutenção operacional, preventiva, corretiva e extramanutenção, com o fornecimento de peças de reposição, serviços, acessórios, socorro mecânico e lavagem dos veículos que compõem a frota (veículos e equipamentos /máquinas) do INSA conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 3 (três) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.11. sociedades cooperativas;
- 2.7.12. pessoas físicas.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação

ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.4.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.4.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.4.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.4.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.4.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.4.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.4.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.4.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

grupo

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	1	Mensal e anual
2	2	Mensal e anual

3	3	Mensal e anual
---	---	----------------

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos

no Termo de Referência;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em %)
1	1	0,01%
2	2	0,01%
3	3	0,4%

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

6.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão

pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

6.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2. empresas brasileiras;

6.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na

hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
e

7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.9.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global,

empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e

horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele

não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas , para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/insa/pt-br>

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante

que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração

poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual

pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos

licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: lista-licitacao@insa.gov.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

13.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

Campina Grande/PB , 26 de maio de 2026

José Etham de Lucena Barbosa
Diretor do INSA/MCTI



Documento assinado eletronicamente por **Jose Etham de Lucena Barbosa, Diretor do Instituto Nacional do Semiárido**, em 26/05/2026, às 12:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **13787047** e o código CRC **F392CB3B**.

INST. NACIONAL DO SEMI-ARIDO-NSA

Termo de Referência 14/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	240114-INST. NACIONAL DO SEMI-ARIDO-NSA	RICHARD MEDEIROS DE ARAUJO	26/05/2026 10:00 (v 0.8)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		01201.000302/2026-21

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 01201.000302/2026-21)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação serviços contínuos de ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE DE FROTA, com implantação e operação de sistema informatizado e integrado, via internet, com tecnologia de pagamento e controle por web, nas redes de estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, para execução de manutenção operacional, preventiva, corretiva e extramanutenção, com o fornecimento de peças de reposição, serviços, acessórios, socorro mecânico e lavagem dos veículos que compõem a frota (veículos e equipamentos/máquinas)do INSA a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento[A1] .

Grupo	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A2] [A3]
	1	Serviços de manutenção de veículos, manutenção operacional, preventiva, corretiva e extramanutenção, socorro mecânico,	25518	Mes	12	5.679,26	68.151,12

1		transporte por guincho, funilaria e lavagem de veículos e equipamentos /máquinas.				
	2	Fornecimento de peças, pneus e acessórios para os sistemas elétricos, mecânico, funilaria, lubrificantes, refrigeração e demais partes de veículos e equipamentos /máquinas.	25518	Mês	12	11.486,30
		VALOR TOTAL ESTIMADO PARA OS ITENS 1 e 2				
						R\$ 205.986,72
	3	Taxa de administração sobre a soma do valor total estimado dos itens 1 e 2. (%)	2518	Mês	12	205,9866
		Valor total máximo da licitação				
						R\$ 208.458,56

1.1.1 A Taxa de Administração máxima é de 1,2 % (um virgula dois) a ser aplicada durante toda a execução contratual, incidindo sobre os valores das transações efetivamente realizadas, constituindo a remuneração do contratado pelos serviços de gestão da frota.

1.1.2 O desconto mínimo a ser adotado nos itens 1 e 2 é de 21% (vinte e um por cento), esse deverá permanecer durante toda a execução contratual e aplicados sobre o menor valor obtido nas cotações.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.[A4]

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de um serviços essenciais às atividades do INSA como indica o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano** contados do(a) **indicado no contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.[A5]

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 012638960001464-0-000009/2026
- II. Data de publicação no PNCP: 12/5/2025
- III. Id do item no PCA: 24
- IV. Classe/Grupo: 9130 - COMBUSTÍVEIS E PROPELENTES LIQUIDOS
- V. Identificador da Futura Contratação: 240114-34/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência ora apresentado.[A1]

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade[A2]

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A licitante deverá assegurar a destinação ambientalmente adequada das baterias automotivas substituídas, sendo expressamente vedado o descarte inadequado, nos termos do art. 22 da Resolução CONAMA nº 401/2008 e regulamentos do IBAMA.

4.1.2. A contratada deverá efetuar a destinação final ambientalmente adequada dos pneus inservíveis gerados na prestação do serviço, conforme estabelece a Resolução CONAMA nº 416/2009.; e

4.1.3 A licitante possui responsabilidade pela disposição final, responsável e ambientalmente adequada, dos resíduos de quaisquer naturezas, após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, obedecendo ao disposto na Norma Brasileira ABNT NBR 10004: 2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, regulamento expedido pelo Poder Público ou Termo de Compromisso, se se aplicar.

4.1.4 Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo

lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.1.4 A licitante deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 c/c com o art. 6º da Instrução Normativa/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a contratada deverá, ainda, adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental no fornecimento dos produtos e serviços.

4.1.5 Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

a) não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;

b) durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;

c) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;

d) As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;

e) é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R 502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

f) quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;

g) a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

g.1) quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

g.2) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.”

4.2. A contratada ainda pode contribuir da seguinte forma, visando reduzir os impactos ambientais, junto à rede credenciada:

1. *Exigência de que as oficinas credenciadas possuam sistemas de contenção de vazamentos e separadores de água e óleo.*
2. *Implementação da logística reversa para baterias e fluidos, garantindo a destinação final ambientalmente adequada por empresas licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.*
3. *Obrigatoriedade de logística reversa e reciclagem de bens e refugos, especialmente pneus inservíveis e sucatas metálicas.*
4. *Estabelecimento de rotinas de manutenção preventiva para garantir que os motores dos veículos/equipamentos operem com eficiência máxima de queima de combustível.*

Subcontratação[A6]

- 4.3. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação[A8]

4.4. *Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5 % (cinco por cento)** do valor **anual** da contratação[A9] . [A10]*

4.5. *Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato. [A12]*

4.5.1 *A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

4.5.2. *Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.*

4.5.3. *A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.*

4.5.4. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.*

4.5.5. *Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.*

4.6. *Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.[A13]*

4.7. *Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.*

4.8. *No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.*

4.9. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.9.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.11. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.11.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido[A14].

4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A15].

4.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.15.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato

4.16.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.16.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.18. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.21. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. Condições de execução[A2]

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: A vigência do contrato terá início na data de sua assinatura, momento em que começam a correr os prazos para implantação do sistema e treinamento (fase de setup). O início da execução efetiva dos serviços de manutenção e encaminhamento de veículos à rede credenciada ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis a contar da emissão de ordem de serviço/comunicação formal da contratante.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

a)A empresa deverá implantar e operacionalizar, junto ao INSA, em até 15 (quinze) dias corridos a contar da data da assinatura do contrato, um sistema informatizado, via internet, com redes de lojas e oficinas credenciadas, para atender às solicitações da equipe de gestão e fiscalização e/ou de outro designado pela Contratante (no contexto da Frota indicada no Anexo II), quando da necessidade de atender os veículos da frota oficial, propiciando ao contratante a gestão e o controle detalhado das informações relativas às manutenções realizadas e as aquisições. O sistema compreende o atendimento, orçamento detalhado das peças e serviços e os demais itens necessários à plena manutenção dos veículos e restauração destes às condições de segurança, nos diversos estabelecimentos credenciados.

a.1) O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema web da Contratada, utilizado no atendimento às demandas da Contratante não deverá ser superior a (4) quatro horas.

a.2) A Contratada deve prover uma forma alternativa para garantir a continuidade dos serviços contratados, no caso de impossibilidade de se efetuar a transação por meio eletrônico.

b) Realizar Treinamento de todos os gestores e usuários envolvidos na utilização da solução proposta, a serem realizados nas instalações do INSA (podendo ser virtualmente), no prazo máximo de 7 (sete) dias da data da entrega dos dados cadastrais dos usuário.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Na Rede Credenciada da Licitante ou no Endereço do INSA /MCTI na Av. Francisco Lopes de Almeida, 530 - Serrotão, Campina Grande - PB, CEP: 58434-700.[A4] e/ou sua Estação Experimental Profº Ignácio Salcedo localizada no endereço PB 138, KM 4,5, Sítio Lucas.

5.2.1. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 8h às 12h e 14h às 18h e/ou de acordo com necessidade da Contratante, independente do horário, haja vista a frota ser utilizada para serviços externos em todo o Semiárido Brasileiro e em outros Estados em atividades oficiais (a exemplo de Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal-Brasília e outros que forem demandados pela Contratante).

Rotinas [A5] a serem cumpridas

5.3 A execução contratual observará as rotinas :

5.3.1. A descrição da solução como um todo, conforme detalhado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de manutenção e gerenciamento da frota. A solução cobrirá todos serviços necessários que incluem lavagens, higienizações e serviços de guincho/reboque, para o bom funcionamento e manutenção da frota do INSA, com o fornecimento das peças e acessórios automotivos necessários para a execução dos mesmos. Como também a disponibilização de sistema informatizado, que proporcionará relatórios precisos sobre os veículos e equipamentos /máquinas do INSA, com dados tanto das manutenções quanto dos deslocamentos e peças substituídas. Os principais serviços de manutenção estão conforme abaixo:

5.3.2. Manutenção preventiva: ação sistemática de controle e monitoramento com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no desempenho do veículo. Dentro da manutenção preventiva podemos citar os serviços de regulagem, revisões e inspeções dos sistemas de: suspensão, elétrico, direção, transmissão, tração, carroceria, alimentação, exaustão, mecânico, freios, hidráulico, refrigeração, injeção eletrônica, pneumático, tapeçaria e capotaria, motor entre outros. Com o objetivo de proporcionar melhores condições de desempenho do veículo no que se refere ao seu funcionamento, rendimento e segurança. Também consiste na prevenção de defeitos que possam resultar na paralização do veículo ou em danos aos seus componentes.

- 5.3.2.1. Seguem alguns serviços necessários na manutenção preventiva:

- I - Sistema de suspensão, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: parafusos e porcas, coxins e batentes, amortecedores e molas, pneus, aros e rodas, pivôs, rolamentos, mangas de eixo, entre outros.
- II - Sistema elétrico, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: correia do alternador, alternador, chicote, aterramentos, bateria, motor de partida, lâmpadas de farol alto, lâmpada de meia luz, lâmpada de luz mínima, lâmpada do pisca, lâmpada da luz de ré, lâmpada da luz de freio, vidros elétricos, travas elétricas, air-bag, alarme, limpadores de para-brisas, esguicho, rádio, painel de instrumentos, caixa de fusíveis, entre outros. Para os equipamentos híbridos, tipo os Geradores e Tratores, identificados na tabela descritora da frota, podem ser solicitados serviços que demandem componentes específicos para os mesmos.
- III - Sistema de direção, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: coluna de direção, caixa de direção, bomba hidráulica da direção, barras de direção, terminais de direção, alinhamento da direção e balanceamento das rodas, geometria da suspensão, caster das rodas entre outros.
- IV - Sistema de transmissão, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: embreagem, disco, platô, colar, cilindro de embreagem, caixa de câmbio, cruzetas e trizetas, tulipas, eixo cardan, rolamento de centro, diferencial, pião e coroa, satélite e planetárias, semieixo, juntas homocinéticas, coifas, rolamentos entre outros.
- V - Sistema de tração, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: alavanca de acionamento, bomba de vácuo, mangueiras e conexões, caixa de transferência, coxins da caixa de transferência, cruzetas do eixo cardan da tração, eixo cardan da tração, diferencial dianteiro, satélites e planetárias do diferencial dianteiro, retentores laterais da semiárvore do diferencial dianteiro, rolamentos laterais do diferencial dianteiro, rolamentos do pião, coroa do diferencial dianteiro, pino de bloqueio, entre outros.
- VI - Sistema de carroceria, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: monobloco, para lama, para barro, grade frontal, painel frontal, painel corta fogo, cofre do motor, grade do para-brisas.
- VII - Sistema de alimentação, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: tanque de combustível, bomba de combustível, boia do nível de combustível, filtro de combustível, mangueiras de combustível, regulador de pressão de bico e bomba injetora, entre outros.

- VIII - Sistema de exaustão, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: coletor de escapamento, juntas do escapamento, coxins do escapamento, catalizador, abafador, tubulação, ponteira, entre outros.
- IX - Sistemas mecânicos, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: Acoplamentos, coxins, parafusos, fixações, alinhamentos, eixos, limitadores entre outros.
- X - Sistemas de freio, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: pedal de freio, cilindro mestre de freio, servo-freio, tubulações e conexões, cilindros de roda, pinças de freio, pastilhas de freio, patins de freio, cabo de freio de estacionamento, tambores de freio, discos de freio, fluido de freio, reservatório do fluido de freio, mangueiras e válvula do vácuo, cuícas de freio, eixo “S”, buchas do eixo “S”.
- XI - Sistema hidráulico, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: correia da bomba hidráulica, reservatório de óleo hidráulico, bomba hidráulica, tubulações e mangueiras, conexões, entre outros.
- XII - Sistema de refrigeração, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: correia do compressor, compressor, óleo do compressor, condensador, filtro secador, evaporador, válvula de expansão, eletro-ventilador do condensador, eletro-ventilador do evaporador, filtro de pólen, relés, sensores de pressão, mangueiras e tubulações, anéis orings, pressão de refrigerante, recarga de líquido refrigerante, botoeiras, dutos de ventilação entre outros.
- XIII - Sistema de injeção eletrônica, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: Realização de diagnóstico computadorizado, central de injeção eletrônica UCE, bomba de combustível, chicotes em geral, bicos injetores, sensor de rotação, sensor de fase, sensor de temperatura, sonda lambda pré e pós catalizador, medidor de pressão absoluta, medidor de fluxo de ar, válvula do cânister, sensor de posição da borboleta, atuador de marcha lenta, sensor de detonação, sensor de velocidade, bobina de ignição, cabos de vela, velas de ignição, sensor de pressão de óleo, eletroválvulas de modulação da turbina de geometria variável, sensor de pressão de turbo, tensor de temperatura de gases de admissão, sensor de pressão de combustível, válvula de pressão de combustível, sensor de pressão do rail, entre outros.
- XIV - Sistema pneumático, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: correia do compressor de ar, compressor de ar, mangueiras e conexões, reservatório de ar, válvula de alívio, válvula do pedal, válvula relé, válvula de 4 vias, servo de embreagem entre outros.
- XV - Tapeçaria e capotaria, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: carpete de assoalho, tapetes, cintos de segurança, forro de portas, forro de teto, capas de bancos, capota marítima, protetor de caçamba, estofamento dos bancos entre outros.
- XVI - Sistema de arrefecimento do motor, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: correia da bomba de água, bomba de água, líquido de arrefecimento, mangotes e mangueiras, reservatório de expansão, válvula termostática, radiador, correia da ventoinha, ventoinha, embreagem viscosa, defletor de fluxo de ar do radiador, eletro ventilador, tampões, entre outros.
- XVII - Motor, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: filtro de ar do motor, alojamento do filtro de ar do motor, dutos de ar do motor, corpo de borboleta, junta do coletor de admissão, coletor de admissão, eixo comando de válvulas, retentor do eixo comando de válvulas, balancins, junta da tampa de válvula, tampa de válvula, tampa do motor, junta do cabeçote de válvulas, cabeçote de válvulas, sede de válvulas, guias de válvulas, molas das válvulas, válvulas de admissão, válvulas de escape, junta do coletor de escape, coletor de escape, bloco de motor, pistão, camisas de pistão, pino de pistão, anéis de segmento, buchas dos pinos de bielas, bielas, bronzinas, moentes do virabrequim, retentores do virabrequim, munhões do virabrequim, bronzinas de mancais, junta do cárter do motor, cárter do motor, bujão do cárter do motor, pescador de óleo, bomba de óleo lubrificante, filtro de óleo.

5.3.3. Manutenção corretiva: Tem o objetivo de restaurar as condições iniciais e ideais de operação do veículo, eliminando as fontes de falhas que possam existir. Dependendo do contexto, a manutenção corretiva pode ocorrer de duas situações distintas:

- 5.3.3.1. Devido a uma avaria inesperada e não planejada que tenha ocorrido. Exemplo: a quebra de um para-brisas por ocasião de choque com uma pedra, lançada por outro veículo.

- 5.3.3.2. Devido ao relato de problema identificado através de programa de monitoramento e acompanhamento das condições do veículo e equipamento/máquinas.
- 5.3.3.3. A manutenção corretiva deve ser realizada a fim de corrigir defeitos em veículos com falha, tratando-se de reparo ou substituição das partes danificadas. Preservando as condições de operação dos veículos, sanado defeitos e mantendo o estado geral de todos os sistemas do veículo, peças, conforme requisitos constantes nos manuais de manutenção, tabelas técnicas e documentações específicas de cada linha de veículo, especialmente no que se refere motor, suspensão, elétrico, direção, transmissão, tração, carroceria, alimentação, exaustão, mecânico, freios, hidráulico, refrigeração, injeção eletrônica, pneumático, tapeçaria e capotaria, lanternagem e pintura, entre outros.
- 5.3.3.4. Seguem alguns serviços necessários na manutenção corretiva:
 - I - Motor, reparo e/ou substituição de: filtro de ar do motor, alojamento do filtro de ar do motor, dutos de ar do motor, corpo de borboleta, junta do coletor de admissão, coletor de admissão, eixo comando de válvulas, retentor do eixo comando de válvulas, balancins, junta da tampa de válvula, tampa de válvula, tampa do motor, junta do cabeçote de válvulas, cabeçote de válvulas, sede de válvulas, guias de válvulas, molas das válvulas, válvulas de admissão, válvulas de escape, junta do coletor de escape, coletor de escape, bloco de motor, pistão, camisas de pistão, pino de pistão, anéis de segmento, buchas dos pinos de bielas, bielas, bronzinas, moentes do virabrequim, retentores do virabrequim, munhões do virabrequim, bronzinas de mancais, junta do cárter do motor, cárter do motor, bujão do cárter do motor, pescador de óleo, bomba de óleo lubrificante, filtro de óleo entre outros.
 - II - Sistema de suspensão, reparo e/ou substituição de: parafusos e porcas, coxins e batentes, amortecedores e molas, pneus, aros e rodas, pivô, rolamentos, mangas de eixo, entre outros.
 - III - Sistema elétrico, reparo e/ou substituição de: correia do alternador, alternador, chicote, aterramentos, bateria, motor de partida, lâmpadas de farol alto, lâmpada de meia luz, lâmpada de luz mínima, lâmpada do pisca, lâmpada da luz de ré, lâmpada da luz de freio, vidros elétricos, travas elétricas, air-bag, alarme, limpadores de para brisas, esguicho, rádio, painel de instrumentos, caixa de fusíveis, entre outros. Para os equipamentos híbridos, tipo os Geradores e Tratores, identificados na tabela que decreta a frota, podem ser solicitados serviços que demandem componentes específicos para os mesmos.
 - IV - Sistema de direção, reparo e/ou substituição de: coluna de direção, caixa de direção, bomba hidráulica da direção, barras de direção, terminais de direção, alinhamento da direção e balanceamento das rodas, cambagem e câster das rodas entre outros.
 - V - Sistema de transmissão, reparo e/ou substituição de: embreagem, disco, platô, colar, cilindro de embreagem, caixa de câmbio, cruzetas e trizetas, tulipas, eixo cardan, rolamento de centro, diferencial, pião coroa, satélite e planetárias, semieixo, juntas homocinéticas, coifas, rolamentos entre outros.
 - VI - Sistema de tração, reparo e/ou substituição de: alavanca de acionamento, bomba de vácuo, mangueiras e conexões, caixa de transferência, coxins da caixa de transferência, cruzetas do eixo cardan da tração, eixo cardan da tração, diferencial dianteiro, satélites e planetárias do diferencial dianteiro, retentores laterais da semi árvore do diferencial dianteiro, rolamentos laterais do diferencial dianteiro, rolamentos do pião, coroa do diferencial dianteiro, pino de bloqueio, entre outros.
 - VII - Carroceria, reparo e/ou substituição de: mono bloco, chassi, para lama, para barro, grade frontal, painel frontal, painel corta fogo, cofre do motor, grade do para-brisa, borracha do para-brisa, para-brisa para-choque, insulfilme, vidro das portas, retrovisores, portas, longarinas, porta malas, borrachas das portas, assoalho entre outros.
 - VIII - Sistema de alimentação, reparo e/ou substituição de: tanque de combustível, bomba de combustível, boia do nível de combustível, filtro de combustível, mangueiras de combustível, regulador de pressão entre outros.
 - IX - Sistema de exaustão, reparo e/ou substituição de: coletor de escapamento, juntas do escapamento, coxins do escapamento, catalizador, abafador, tubulação, ponteira, entre outros.

- X - Sistema mecânicos, reparo e/ou substituição de: Acoplamentos, coxins, parafusos, fixações, alinhamentos, eixos, limitadores entre outros.
- XI - Sistema freios, reparo e/ou substituição de: pedal de freio, cilindro mestre de freio, servo- freio, tubulações e conexões, cilindros de roda, pinças de freio, pastilhas de freio, patins de freio, cabo de freio de estacionamento, tambores de freio, discos de freio, fluido de freio, reservatório do fluido de freio, mangueiras e válvula do vácuo, cuícas de freio, eixo “S”, buchas do eixo “S”.
- XII - Sistema hidráulico, reparo e/ou substituição de: correia da bomba hidráulica, reservatório de óleo hidráulico, bomba hidráulica, tubulações e mangueiras, conexões, entre outros.
- XIII - Sistema refrigeração, reparo e/ou substituição de: correia do compressor, compressor, óleo do compressor, condensador, filtro secador, evaporador, válvula de expansão, eletro-ventilador do condensador, eletro-ventilador do evaporador, filtro de pólen, relés, sensores de pressão, mangueiras e tubulações, anéis orings, pressão de refrigerante, recarga de líquido refrigerante, botoeiras, dutos de ventilação entre outros.
- XIV - Sistema injeção eletrônica, reparo e/ou substituição de: , central de injeção eletrônica UCE, bomba de combustível, chicotes em geral, bicos injetores, sensor de rotação, sensor de fase, sensor de temperatura, sonda lambda pré e pós catalizador, medidor de pressão absoluta, medidor de fluxo de ar, válvula do câmbio, sensor de posição da borboleta, atuador de marcha lenta, sensor de detonação, sensor de velocidade, bobina de ignição, cabos de vela, velas de ignição, sensor de pressão de óleo, eletroválvulas de modulação da turbina de geometria variável, sensor de pressão de turbo, sensor de temperatura de gases de admissão, sensor de pressão de combustível, válvula de pressão de combustível, sensor de pressão do rail, entre outros.
- XV - Sistema pneumático, reparo e/ou substituição de: correia do compressor de ar, compressor de ar, mangueiras e conexões, reservatório de ar, válvula de alívio, válvula do pedal, válvula relé, válvula de 4 vias, servo de embreagem entre outros.
- XVI - Tapeçaria e capotaria, reparo e/ou substituição de: carpete de assoalho, tapetes, cintos de segurança, forro de portas, forro de teto, capas de bancos, capota marítima, protetor de caçamba, estofamento dos bancos entre outros.
- XVII - Lanternagem e pintura, reparo e/ou substituição: pintura completa, polimento, mono bloco, chassi, para lama, para barro, grade frontal, painel frontal, painel corta fogo, cofre do motor, grade do para-brisa, borracha do para-brisa, para-brisa para choque, insulfilme, vidro das portas, retrovisores, portas, longarinas, porta malas, borrachas das portas, assoalho entre outros.

5.3.4. Extramanutenção: consiste em identificação de oportunidade de melhorias ou da necessidade de serviços eventuais ou complementares nos sistemas e subsistemas dos veículos e equipamentos/máquinas objetos deste Estudo Técnico Preliminar.

- a) A execução destes serviços, incluindo-se horário e prazo, deverão ser acordados e aprovados previamente pela FISCALIZAÇÃO.

5.3.5. Serviços de socorro mecânico e guinchamento:

- 5.3.5.1. Reboque 24 (vinte e quatro) horas: Consiste nos serviços de socorro e/ou transporte através de veículo do tipo guincho, podendo ser dentro ou fora das cidades onde localizam-se as unidades federativas em que o INSA tem atuação. Em caso de reboque de veículo, ele deverá ser encaminhado para oficina credenciada mais próxima de acordo com o tipo do veículo rebocado e o problema mecânico apresentado, ou para onde a equipe de fiscalização apontar, levando em conta o melhor para o zelo patrimonial e a administração pública.
- 5.3.5.2. O serviço de reboque será prestado em regime de plantão de 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, devendo ser atendido por meio de OS no Sistema, com oferta de três cotações, quando o tempo e a situação forem apropriadas.

- 5.3.5.3. O prazo máximo para atendimento de chamados / solicitações será:
 - I. No perímetro urbano da Campina Grande e municípios com população acima de 50 (cinquenta) mil habitantes: até 2 (duas) horas.
 - II. Em outras regiões do Estado da Paraíba: 2 (duas) horas para cada 100 km, ou fração, de distância entre a localização do veículo e o município de destino indicado pela CONTRATANTE.
 - No caso dos orçamentos disponibilizados no sistema para o serviço de guincho/reboque este não deve ultrapassar 1h.
- 5.3.5.4. No caso de prestação de serviços dentro do Estado Sede do INSA, a autorização verbal do Fiscal de Contrato, via telefone, bastará para que a credenciada da CONTRATADA inicie a prestação do serviço, quando a urgência da situação o demandar.
- a) A autorização verbal deverá ser ratificada por escrito (e-mail, sistema oficial ou mensagem de aplicativo institucional) junto ao preposto da contratada em até 24 horas após o acionamento, para fins de instrução processual e pagamento.

5.3.6. Lavagem e higienização: consiste na remoção de detritos em todos os componente internos e externos dos veículos utilizando-se de material/produtos que não degradem esses componentes e que não causem danos ao meio ambiente. Podendo ser utilizados de equipamentos/máquinas e técnicas que proporcione mais eficiência e rapidez na execução da atividade. Dentre esses serviços tem-se:

- a) Lavagem simples/rápida: procedida na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados. Secagem com flanela limpa e conservada. A lavagem simples difere da lavagem completa, pela exclusão dos itens lavagem da parte inferior do veículo, lavagem do motor e polimento.
- b) Completa/geral: consiste na sua limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral e polimento. Inclui-se nesse processo a lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, etc. Lavagem das entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados. Inclui-se a lavagem a seco interna que compreende: Lavagem a Seco (bancos, carpetes, piso, forro lateral, forro teto): escovar e retirar a sujeira com máquina apropriada, utilizando-se aplicação de produtos adequados, quantas vezes necessárias para alcançar a limpeza desejada.
- c) Lavagem especial: completa, incluindo a desmontagem/montagem para lavagem dos carpetes e bancos dos veículos, bem como a limpeza dos forros das portas e tetos dos veículos e polimento em toda a lataria externa dos veículos, utilizando se cera automotiva específica.

5.3.7. Todas as operações serão realizadas interativamente, via web, entre o sistema da Contratada e o operador - servidor autorizado do INSA mediante opções de execução oferecidas (menus).

5.3.8. As oficinas e concessionárias/empresas integrantes da rede pela Contratada deverão fornecer garantia conforme estabelecido abaixo:

- a) De acordo com a fabricante da peça, ou em sua omissão, mínimo de 6 (seis) meses para as peças repostas e instaladas nas oficinas credenciadas pela Contratada, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal (is) fatura(s);
- b) 6 (seis) meses para os serviços executados pelas oficinas credenciadas pela Contratada onde não houver utilização de peças, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal(is) fatura(s);
- c) Os serviços de manutenção corretiva terão garantia mínima de 12 (doze) meses, exceto alinhamento de direção e balanceamento de rodas que terão garantia de 30 (trinta) dias, os serviços de lanternagem e pintura deverão ter garantia mínima de 06 (seis) meses;
- d) Serviços em motor, câmbio e suspensão: contada a partir da data da efetiva prestação dos serviços, que não poderá ser inferior a 08 (oito) meses ou 15.000Km, o que ocorrer por último.

5.3.9. Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela empresa credenciada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da Contratada, autorização pelo fiscal designado pela contratante, que se pronunciará após imediata análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente, com respectiva aprovação de cotação selecionada.

5.3.9.1 Uma vez aberta a demanda em veículo da frota, apenas com a aprovação da cotação selecionada e/ou mediante solicitação formal da equipe de gestão e fiscalização, os serviços poderão ser executados, evidenciando assim os procedimentos dessa etapa, de orçamentação e análise.

5.3.9.2 Essa etapa supracitada, com a disponibilidade de no mínimo três cotações pelas credenciadas vinculadas, não deve ultrapassar 72h.

5.3.10. Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da Contratada deverão ser por esta reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre a contratante e tais prestadores de serviço. Estando a Contratada, responsável por quaisquer ações executadas por essas.

- 5.3.10.1. Toda a rede credenciada deverá emitir documento fiscal para fins de garantia, e devem obedecer e cumprir as garantias específicas evidenciadas neste TR pela Contratada.

5.3.11. Os veículos do INSA só poderão ser testados, num raio de até 10 km do local onde está sendo executado o serviço, cobertos por faixa ou adesivo com a inscrição "VEÍCULO EM TESTE". devendo, tais procedimentos ou a possibilidade destes ocorrerem num determinado período de tempo, ser comunicados previamente à Contratante.

5.3.12. Quando da entrega dos veículos na oficina, seu recebimento será efetuado através de formulário próprio, em duas vias, contendo no mínimo os seguintes dados: identificação do veículo (marca, modelo, cor, ano e placa); data e hora do recebimento; nível de combustível e quilometragem; marca/modelo e estado de conservação dos pneus; acessórios instalados (rádio/CD, sirene, rádio comunicador, sinalizador automotivo, etc.) descrição resumida dos serviços requeridos ou dos defeitos apresentados; nome e assinatura das partes.

- 5.3.12.1. Constará necessariamente no formulário, que o veículo foi entregue com todos os acessórios e equipamentos obrigatórios (macaco, chave de roda, estepe, extintor e triângulo), como também que sua carroceria/lataria e capotaria/tapeçaria encontram-se em perfeito estado geral, sendo efetuadas no formulário ressalvas, no momento do recebimento do veículo pela detentora do Contrato, caso haja alguma divergência ou avaria.
- 5.3.12.2. A devolução dos veículos mantidos será realizada mediante procedimento formal, através de recibo de entrega a servidores credenciados pelo órgão.

5.3.13. Os prazos para execução das manutenções/reparos necessários nos veículos/máquinas devem ser estabelecidos de comum acordo com a CONTRATADA, e registradas nas Ordens de Serviço, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, não podendo ser superior a 120 (cento e vinte) horas, a partir da aprovação do orçamento.

5.3.14. Os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

5.3.15. As oficinas e concessionárias integrantes da rede credenciada da Contratada deverão proceder à entrega ao usuário das peças substituídas nos veículos, bem como os certificados de garantia e relação de peças utilizadas com marca e modelo. Ainda com relação as peças substituídas, essas poderão ser descartadas na própria oficina (de modo ambientalmente correto), após a avaliação final das mesmas pelo Fiscal do Contrato.

5.3.16. A execução dos serviços será iniciada no momento em que for solicitada pela Contratante, na forma que segue:

- a) A seleção do orçamento mais vantajoso para a Administração deverá ser realizada observando-se o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, SERVIÇO E/OU MATERIAL, PROXIMIDADE DA SEDE DO INSA caso haja necessidade de guincho ou gasto com combustível para ir até o estabelecimento credenciado. Comparando-se à pesquisa de mercado realizada pela Administração, quando necessária, e considerando os orçamentos realizados, a serem fornecidos pelas empresas credenciadas da CONTRATADA, por evento INSA demandado.

- a.1) o prazo para elaboração e disponibilidade para escolha dos orçamentos não poderá ser superior a 03 (três) dias úteis, contados da demanda, prorrogáveis por mais 2 (dias) úteis, se justificar e essa for aceita pela Administração.
- a.2) Como regra geral, os serviços de manutenção deverá ser precedidos de comparação entre os estabelecimentos credenciados disponíveis na plataforma, como a de menor valor ou a que apresenta a melhor relação custo benefício.
- a.3) A contratante deverá adquirir as peças ou acessórios sendo considerada como preço e a proximidade do local da execução dos serviços.
- a.4) O critério de escolha de MENOR PREÇO POR ITEM, SERVIÇO E/OU MATERIAL será descartado pela fiscalização, caso a especificidade do evento, momento, exija, mediante solicitação e/ou justificativa compartilhada, a exemplo de quando se vai aprovar reboque/socorro de veículo em lugar vulnerável ao patrimônio do INSA e a segurança de condutores e passageiros esteja em jogo; bem como em situações que se conclui que a especificidade do serviço e/ou o grau de intervenções para se chegar no diagnóstico ou solução orçada, requeriram da credenciada, de modo obrigatório o desmonte e abertura de sistemas dos veículos.
- b) Os serviços serão executados com observância dos prazos, condições e valores constantes nas tabelas e ferramenta abaixo citadas, que deverão ser fornecidas à pela CONTRATADA após a assinatura do(s) instrumento(s) contratual (is) em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato:
 - I. Tabelas do Fabricante de Tempo Padrão de Reparos (hora-trabalho), para os serviços de mão de obra;
 - II. Tabela Oficial de Preços de Peças e Acessórios Novos e Genuínos, emitida pelos fabricantes dos veículos.
 - III. Sistema eletrônico Audatex (utilizado pelas empresas autorizadas, seguradoras e reparadoras de veículos) ou sistema similar autorizado pela CONTRANTE nacionalmente reconhecido para utilização de tabelas de Tempo Padrão.
- b.1) A CONTRATADA deverá fornecer login e senha ao CONTRATANTE do Sistema eletrônico Audatex (utilizado pelas empresas autorizadas, seguradoras e reparadoras de veículos) ou sistema similar autorizado pela CONTRANTE, sem nenhum custo adicional pelo referido serviço.
- b.2) A base do cálculo do preço praticado para prestação de serviços de mecânica, elétrica, lanternagem, alinhamento e balanceamento e outros deverá ser de acordo com o tempo para a execução do serviço constante da Tabela de Tempos Padrão de Reparos adotados pela montadora de acordo com o modelo da viatura (código, descrição e tempo padrão de execução do serviço, aplicando-se o desconto contratado.
- c) Os orçamentos, quando apresentados, deverão vir constando discriminação detalhada dos serviços e/ou materiais a serem substituídos, seu quantitativo e valor unitário, incluindo-se todos os insumos, de acordo com a legislação vigente, e o respectivo prazo de garantia;
- d) Os orçamentos deverão ser encaminhados à Seção de Transportes por meio eletrônico identificando razão social, número de inscrição no CNPJ, endereço da sede da empresa, telefone, cargo e endereço eletrônico do responsável pela emissão da proposta, sempre que demandado.
- e) No orçamento deverá constar: AQUISIÇÕES DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, COMPONENTES E MATERIAIS /SERVIÇOS.
- f) A cotação eletrônica de preços na rede credenciada será realizada com a apresentação de, no mínimo, 03 (três) orçamentos para cada peça/material e/ou serviço, oriundos de estabelecimentos distintos. O fiscal da frota poderá, a seu exclusivo critério, solicitar cotações adicionais, sem limitação de número, devendo o sistema assegurar o registro dessas cotações extras, ou por justificativa, elencando especificidades, aprovar apenas cem cotação única, como elucida o ponto 5.3.16 - a4.
- g) Na impossibilidade de se cotar o preço com ao menos 3 (três) fornecedores, poderá ser exigida a apresentação de notas fiscais de contratações semelhantes no período de até um ano anterior, a fim de

comprovar a razoabilidade do preço praticado, cabendo ao Fiscal do Contrato registrar formalmente no processo a aceitabilidade deste valor comparado aos preços correntes.

- h) A Administração poderá fazer pesquisas de preços no mercado para eventuais aferições, inclusive em locais diversos da rede credenciada pela Contratada.
- i) A Contratada garante que os preços cobrados na rede credenciada terão como limite o preço de à vista.
- j) Na hipótese de o orçamento oferecido pelo estabelecimento credenciado à CONTRATANTE for superior ao cobrado ao consumidor comum/final, em situações normais de mercado, sob qualquer alegação ou justificativa, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades cabíveis.
- l) Na hipótese de vinculada ser uma das poucas, ou a única especializada na região para execução de determinados serviços e/ou atendimento a veículos distintos, a exemplo de veículos pesados, como ônibus, caminhões e especialmente tratores e seus implementos, a fiscalização poderá aprovar em cotação única, com inserção de justificativa no sistema web da Contratada.

5.3.17. As operações serão realizadas interativamente, através de sítio eletrônico na rede mundial de computadores (internet), entre o sistema da CONTRATADA e os operadores – servidores autorizados da CONTRATANTE, de acordo com cada nível de acesso, mediante opções de execução oferecidas (menus), com possibilidade de acesso a partir de qualquer terminal conectado à internet, por meio de login e senha de usuário.

5.3.18. A plataforma web da contratada deverá estar disponível de forma contínua para a CONTRATANTE realizar, no mínimo, as seguintes operações:

- I - abrir Ordens de Serviço on-line/real time;
- II - receber orçamento on-line/real time, com opção para extração em formato planilha ou PDF, para fins de controle e arquivo;
- III - avaliar e aprovar on-line/real time orçamentos de peças, acessórios e serviços;
- IV - cotar preços de peças, acessórios e serviços on-line/real time;
- V - visualizar a combinação mais econômica entre as cotações realizadas;
- VI - autorizar a realização de serviços de manutenção e reparos, bem como o fornecimento de autopeças e acessórios para os veículos da frota da contratante junto aos estabelecimentos da rede, por meio de senha fornecida aos fiscais designados pela Administração;
- VII - acompanhar on-line o status dos serviços que estiverem sendo executados;
- VIII - cadastrar e alterar operadores e veículos;
- IX - controlar e gerenciar as regras de uso e limites de despesas;
- X - gerar relatórios gerenciais, com opção para extração em formato planilha ou PDF;
- XI - gerar relatórios específicos, analíticos e sintéticos, por período pré-estabelecido, individualizados por veículos ou grupos de veículos, que possibilitem a análise de gastos discriminados por peças e serviços;
- XII - visualização dos saldos de cada veículo e possibilidade de redistribuição dos saldos;
- XIII - demonstrativo do faturamento mensal, relativo a cada fechamento de período e emissão de nota fiscal para pagamento, discriminado valores gastos com peças, serviços e taxa de administração.

5.3.19. A plataforma web deverá possibilitar à CONTRATANTE a aquisição, por meio da rede credenciada da CONTRATADA, de quaisquer peças de reposição, nos termos do previsto na norma ABNT NBR 15296 (peça de reposição com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça de produção original, ou seja, daquela a ser substituída), sempre que se aplicar.

5.3.20. Para efeito de solicitação da origem de peças a serem fornecidas serão consideradas as seguintes nomenclaturas:

- a) genuínas: produzidas com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo. Serão obrigatoriamente utilizadas quando na execução de revisões periódicas realizadas durante o período de garantia especificado pelo fabricante;
- b) originais: aquelas que possuem os mesmos padrões e níveis de qualidade exigidos pelo fabricante;
- c) primeira linha: produto não original/genuíno, que não seja recondicionado, de primeiro uso, não remanufaturado mas que atenda os níveis de qualidade e aplicabilidade recomendados ou indicados pelo fabricante ou montadora do veículo, denominado de mercado de oferta independente;
- d) O Sistema deve informar o tipo de peça a que se refere, visando aferir junto às tabelas.
- 5.3.20.1. Quando não houver disponibilidade de peças genuínas e originais no mercado e mediante comprovação por parte da credenciada pela CONTRATADA, poderá ser admitida a substituição por peça de primeira linha, cabendo o juízo ao Fiscal Técnico e o Perfil da Frota de veículos/equipamentos.
- 5.3.20.2. No caso de peças de primeira linha o parâmetro a ser adotado, não serão os sistemas tabelados (Audatex ou outro aprovado pela Administração), haja vista este tratar de valores oficiais de peças genuínas /originais, devendo se avaliada a orçamentação, com a possibilidade de realização de pesquisas pelo Fiscal do Contrato, não devendo usar o valor limite da tabela que trata de peças genuínas/originais para aferição.
- a) Para a aferição do valor praticado pela peça de primeira linha o fiscal técnico, quando apropriado e achar conveniente, poderá verificar se a marca é conhecida no mercado, se tem aplicação compatível, correta para o modelo do veículo em questão, se as especificações são equivalentes, guardada proporções, à original ou genuína. Identificar se a peça possui algum certificado (como INMETRO, ISO etc). Analisar se o valor está entre 60 a 85% em relação à original ou genuína, bem como se há disponível cotação em três fontes (distribuidora, loja física ou on-line confiável, revendedoras locais para obtenção de preço médio de mercado ou uso de base de preços públicos (painéis governamentais) ou ainda histórico do próprio contrato ou anteriores, assim como os preços apresentados pela empresa credenciada que apresentou melhor orçamento.
- 5.3.20.2.1 No caso de peça de primeira linha o fiscal ainda pode demandar que a credenciada que tiver a melhor proposta apresente documento fiscal do último ano (emitido para pessoa física ou jurídicas) em que se comprove que o valor praticado é o do mercado de forma geral.
- 5.3.20.3 As oficinas integrantes da rede credenciada deverão ter como limite máximo de preço para peças e acessórios que possuam código da montadora (número de peça) os constantes da Tabela de Preço Oficial da montadora do veículo para o qual o material está sendo adquirido.

5.3.21. O sistema da Contratada deverá, de forma automática, enviar solicitação de orçamento para todas as oficinas credenciadas na localidade em que se pretende executar o serviço.

5.3.22. No caso de veículos novos visando manter a garantia do bem, a contratada deverá proceder o credenciamento junto às concessionárias habilitadas para atender, desde que seja vantajosa para a Administração.

5.3.23. A CONTRATADA é responsável pelas cotações e transações que envolvam os orçamentos, junto à rede credenciada de oficinas.

5.3.24. O sistema deverá permitir o registro da negociação dos preços junto a rede credenciada.

5.3.25. A CONTRATADA obriga-se a credenciar novos fornecedores, se em pesquisa de mercado realizada pela Administração fora da rede credenciada, os preços não forem compatíveis com a realidade de mercado.

5.3.26. A CONTRATANTE deverá contratar os serviços e adquirir as peças ou acessórios atentando para o melhor desconto ofertado pela rede credenciada, sendo considerada como critério a proximidade do local onde o serviço será executado, avaliando-se o custo/benefício.

5.3.27. As oficinas integrantes da rede credenciada deverão ter como limite máximo de preço para peças e acessórios originais que possuam código da montadora (número de peça) os constantes da Tabela de Preço Oficial da montadora do veículo para o qual o material está sendo adquirido.

5.3.28. A base do cálculo do preço praticado para prestação de serviços de mecânica, elétrica, lanternagem, alinhamento e balanceamento e outros deverá ser de acordo com o tempo para a execução do serviço constante da Tabela de Tempos Padrão de Reparos adotados pela montadora de acordo com o modelo do veículo (código, descrição e tempo padrão de execução do serviço).

5.3.29. Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela empresa credenciada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da CONTRATADA, e respectiva autorização pelo fiscal designado pela CONTRATANTE, que se pronunciará após imediata análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente.

5.3.30. O sistema deve providenciar o Cadastramento do Administrador/Gestor do Sistema – a CONTRATANTE designará servidor para exercer esta função, o qual irá operar, gerenciar e manter as informações pertinentes ao uso do sistema.

5.3.31. O sistema deve possibilitar Cadastramento de usuários – os quais terão acesso ao sistema e às informações através de relatórios e telas de consulta. Toda operação se dará mediante identificação de senha pessoal e intransferível. Será considerado usuário os servidores indicados pela CONTRATANTE, representantes das unidades regionais onde está distribuída a frota de veículos, designados fiscais setoriais e responsáveis pelo acompanhamento e gerenciamento dos serviços, aos quais a CONTRATADA disponibilizará senhas de acesso ao sistema web, em diferentes níveis, conforme o caso, seguindo determinação do Gestor.

5.3.32. Cadastramento de veículos/máquinas – no mínimo, as seguintes informações deverão constar do cadastro: a) tipo; b) placa; c) chassi; d) marca; e) modelo; f) ano de fabricação; g) centro de custo; h) tipo de combustível; i) capacidade do tanque (litros); j) quilômetros rodados – marcação do hodômetro/horas de uso; k) dados da vida mecânica do veículo.

5.3.33. O sistema deve possibilitar cadastramento da vida mecânica do veículo/equipamento– no mínimo, as seguintes informações deverão constar do cadastro: a) identificação da ordem de serviço; b) número e data das notas fiscais emitidas pelo fornecedor.; c) identificação do veículo/máquina (modelo e placas/número de série); d) centro de custo; e) data e hora de abertura e fechamento da ordem de serviço; f) data e hora de início e término da manutenção do veículo; g) tipo de serviço (aquisição de peças/ realização de manutenção / serviço de guincho/ etc.); h) identificação do gestor responsável pela aprovação do orçamento (nome e matrícula); i) quilometragem do veículo no momento da execução do serviço; j) descrição dos serviços executados e das peças trocadas; k) valor total dos serviços; l) valor total das peças; m) tempo de garantia dos serviços realizados; n) tempo de garantia das peças substituídas; o) valor total da operação; p) descrição sumarizada da operação; q) razão social, endereço e CNPJ do fornecedor e/ou prestador de serviço.

5.3.34. Serviço de Cadastramento de condutores – no mínimo, as seguintes informações deverão constar do cadastro: a) nome; b) matrícula funcional; c) centro de custo; d) senha de permissão de uso (pessoal e intransferível).

5.3.35. O Sistema dever gerar Relatórios – deverão estar disponíveis para consulta e emissão, sem prejuízo de eventuais alterações e adequações às necessidades da CONTRATANTE:

- a) relatório de consumo e composição do faturamento separados por período de fechamento e emissão de nota fiscal para pagamento;
- b) relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle de despesas e tipos de serviços, do valor das peças e da mão de obra, das garantias, do histórico de ordens de serviço, orçamentos e de manutenção por veículo e por centro de custo;
- c) relatórios específicos, analíticos e sintéticos, por período pré-estabelecido, extraídos por veículos individuais ou grupos, que possibilitem a análise de gastos discriminados em peças e serviços;
- d) histórico das operações realizadas durante a vigência contratual;

- e) histórico de manutenção por período, por tipo de veículo, por placa, por centro de custo e por estabelecimento comercial, com descrição do valor total de peças e serviços;
- f) histórico de Ordens de Serviço cadastradas;
- g) demonstrativo comparativo do valor negociado na ordem de serviço;
- h) relatório do registro de garantia de peças e serviços;
- i) histórico de orçamentos;
- j) histórico dos serviços executados;
- k) despesas por veículo;
- l) relatório da vida mecânica do veículo;
- m) relatório de custos por tipo de veículo e centro de custo;
- n) demonstrativo da composição de frota, com ano de fabricação, tipo de veículo, modelo de veículo, centro de custo, placas e demais dados de identificação;
- o) relação completa e discriminada da rede credenciada;
- p) demonstrativo do custo por tipo de manutenção;
- q) demonstrativo do custo global e mensal de peças e serviços;
- r) demonstrativo dos gastos com peças, serviços e taxa de administração;
- s) demonstrativo dos limites de saldo por veículo;
- t) todos os relatórios devem ser gerados a partir de período pré-estabelecido pelo gestor de frota, permitindo comparativos de desempenho, análise de gestão e migração de dados para planilha eletrônica possibilitando a extração de dados com um período mínimo de 12 (doze) meses.

5.3.36. O Sistema deve permitir o Cadastramento individualizados e personalizados por veículo da frota, com as seguintes informações: identificação da Contratante; identificação do veículo/equipamento: placa, marca e modelo.

5.3.37. O Sistema Web deve possibilitar consulta às tabelas de tempo de não de obra padrão, necessárias à fiscalização dos orçamentos apresentados pela rede credenciada, deve possibilitar a consulta de tempo padrão para todos os serviços relacionados as marcas/modelos de veículos, sendo que no caso de serviços com mão de obra em que não conste no sistema, a contratada deverá fazer pesquisa em concessionária da marca e apresentá-la formalmente a contratante.

5.3.38. A contratada deve capacitar e treinar os operadores do INSA, sem custo adicional, assim como sempre que houver atualizações na plataforma web de trabalho ou mudanças na sua operacionalização, de forma a manter a maior eficiência e eficácia na utilização do sistema. Disponibilizar manuais e outros.

5.3.39. A contratada deve manter, na cidade de Campina Grande/PB, quantidade mínima de rede própria ou credenciada de estabelecimentos a serem mantidos por localidade destinados aos diversos tipos de marcas e modelos dos veículos do INSA, com no mínimo de 09 (nove) estabelecimentos para serviços mecânicos/elétricos /hidráulicos, de troca de óleo, de alinhamento e balanceamento, de borracharia, capotaria, tapeçaria, funilaria, pintura, vidraçaria e especializados em ar condicionado veicular.

- 5.3.39.1. Possuir ainda, para atendimento no estado da Paraíba e Estados de todo o Nordeste, além de Minas Gerais e Espírito Santo , prestadores de serviços de transporte por guinchamento em suspenso para remoção e socorro mecânico.
- 5.3.39.2. Possuir ainda, em todo território nacional, prestadores de serviços de transporte por guinchamento em suspenso para remoção, sem limite de quilometragem.

- 5.3.39.3. Caso a licitante não comprove a rede credenciada no prazo estipulado de 7 (sete) dias úteis após a homologação do certame e, se for o caso, as motivações não sejam aceitas pela CONTRATANTE, acarretará a decadência do direito à contratação (recusa em assinar o contrato), sujeitando o licitante às sanções do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, permitindo a convocação do próximo classificado.

5.3.40. Durante a vigência do contrato a CONTRATADA deve promover o credenciamento de outros estabelecimentos nas cidades e regiões mencionadas no Semiárido Brasileiro (e até em outros Estados, se necessário), a pedido da CONTRATANTE, em função das necessidades que se fizerem presentes, sempre conexas aos interesses públicos, para fins da prestação de serviços gerais de: mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, pintura, lubrificantes, filtros, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, borracharia, retifica, alinhamento, balanceamento, serviços de chaveiro e fornecimento de peças e acessórios em geral, tendo para isso o prazo de 30 (trinta) dias a partir da data da solicitação.

5.3.41. A Contratada responder integralmente por perdas e danos que vier a causar diretamente ao INSA ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

5.3.42. O Sistema deve permitir incluir novos veículos/equipamentos da frota do INSA/MCTI, inclusive de marcas e modelos diferentes do constante na frota inicial.

5.3.43. O sistema deverá ser compatível com os sistemas operacionais Windows 10/11/7, com nos navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome, Microsoft Edge e com ferramentas de escritório como o BrOffice, sendo de responsabilidade da contratada quaisquer software adicional necessário ao acesso do sistema disponibilizado.

5.3.44. O sistema deve informar os códigos das peças e o tempo de realização dos serviços de mão de obra.

5.3.45. Os procedimentos mecânicos não compreendidos no Sistema Tempário (Tabelas) serão pagos mediante acompanhamento pelo fiscal do contrato, sempre que viável, ou representante por ele designado, sendo considerado o tempo real do serviço indicado.

5.3.46. Poderá A CONTRATANTE, a qualquer tempo, indicar outras empresas para prestação dos serviços acima descritos, de modo a ampliar a rede de atendimento, bem como solicitar o credenciamento de empresas especializadas em serviços não descritos acima, desde que vinculados à manutenção e reparação automotiva e garantia da frota de veículos em condições de uso adequadas e seguras.

5.3.47 A CONTRATADA ficará obrigada a informar ao estabelecimento credenciado, assim como supervisioná-lo, sobre o atendimento integral dos termos e requisitos presentes neste documento.

5.3.48 A Contratada deverá manter serviço de Central de Atendimento a fim de prover suporte técnico operacional disponível 24 horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados, através de atendimento via correio eletrônico (e mail) e de telefonia para solução de inconsistências técnicas apresentadas nos serviços, sob risco de sanção contratual em caso de descumprimento.

5.4 Não serão admitidas cotações acima dos valores de referência do Sistema eletrônico Audatex (utilizado pelas empresas autorizadas, seguradoras e reparadoras de veículos) ou sistema similar autorizado pela CONTRATANTE nacionalmente reconhecido para utilização de tabelas de Tempo Padrão.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:[A7]*

5.5.1. *A frota de veículos e equipamentos atuais do INSA/MCTI.*

5.5.2. *O Aumento de operações em face da expansão do número de servidores contratados; e*

5.5.3. *Histórico de consumo nos últimos anos, mantendo o 2025 com maior peso na composição da análise .*

5.6. *O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo **nos termos do previsto no item 5.3.8 do Termo de Referência**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

Procedimentos de transição e finalização do contrato[A17]

5.7. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto[A2]

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado e caso este precise ser mudado, a Contratada deve comunicar formalmente e de modo tempestivo.

6.7. O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período da execução*.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A3]

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A12]

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no [Anexo I]*

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.4. *A aferição[A4] da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.4.1. *Segurança na execução do serviço;*

7.4.2. *Suspensão ou interrupção dos serviços salvo em casos de força maior ou caso fortuito por dia ou unidade de tempo;*

7.4.3. *Zelo pelo patrimônio do INSA; e*

7.4.4. *Cumprimento das obrigações contratuais.*

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.[A5]

7.6 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período *mensal* [A7] .

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

- 7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A8]
- 7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A9]
- 7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.21 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.[A10]

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A11]

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste[A24]

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado [A25] da data do orçamento estimado, em 24/4/2026.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA** [A28], exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito[A29]

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A30]

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e

todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A31]

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A32]

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5 % (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze) dias**.[A1] [A2]*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;[A3]*

8.2.4.2.1 *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **2 % (dois por cento)** a[A4] **10 % (dez por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15 % (quinze por cento)** a **20 % (vinte por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1 % (um por cento) a 5 % (cinco por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1 % (um por cento) a 5 % (cinco por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1 % (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO, MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO*

Regime de Execução[A2]

9.2. *O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.*

9.3. *Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será maior desconto do grupo único, considerando o maior desconto nos itens e a menor taxa administrativa.*

9.3.1. *valor global: conforme valor estimado da contratação;*

Exigências[A8] de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

- 9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

Qualificação Econômico-Financeira[A14]

- 9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses**[A16]

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação[A18] ;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento[A19] dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica[A21]

9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.32.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32.2. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso[A24] .

9.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:[A25]

9.33.1.1 *contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 02 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;*[A26]

9.33.2. *[A28] Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.*[A29]

9.33.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.4. O fornecedor disponibilizará [A30] todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável,[A2] é de R\$ 208.458,56 (Duzentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos.) , conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente[A2] .

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.[A1]

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

Anexo I

Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

1. Durante a vigência do contrato a Administração adotará o IMR de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN SEGES/MP nº 05 /2017 e suas alterações;

2. O IMR contemplará 4 (quatro) indicadores e as respectivas metas a serem cumpridas, que serão acompanhados pela fiscalização do contrato;

3. O Indicador proposto implica variável que está sob controle da Administração e permite a mensuração da qualidade e eficiência dos serviços contratados;

4. A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base nos indicadores propostos e no(s) conteúdo deste(s).

5. O resultado da avaliação de cada indicador será entregue ao preposto da contratada até o 3º dia útil subsequente a partir do recebimento do relatório dos serviços prestados, para que a contratada possa emitir a fatura/Nota Fiscal dos serviços executados, após prazo para avaliação da glosa, contestação e emissão definitiva do documento fiscal;

5.1)A contratada terá 3 (três) dias úteis para contestar as falhas apontadas pela gestão/fiscalização do contrato e apresentar justificativas, as quais deverão ser analisadas e respondidas pela CONTRATANTE.

5.2) No caso de indeferimento da contestação da glosa apontada, a CONTRATADA emitirá, de imediato, Nota Fiscal correspondente com o valor devidamente calculado e atualizado.

6. Os pagamentos por parte da contratante serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas nos indicadores aqui descritos, sendo os valores glosados a partir do faturamento final.

	DESCRIÇÃO										
Finalidade	Garantir que os serviços de manutenção e outros, fornecimento de peças sejam realizados com padrão técnico, segurança e qualidade, evitando o comprometimento da frota oficial e a interrupção das atividades institucionais.										
Meta	Manter a não conformidade dos serviços da rede credenciada igual a 0 (zero) de ocorrências de vícios, defeitos ou inadequações na prestação dos serviços/fornecimento de peças.										
Medição	Registro Formal de Ocorrências e/ou Relatório de Reclamações da Fiscalização. Utilização de Laudos de Vistoria e Ordens de Serviço para comprovação do serviço executado, bem como outros mecanismos existentes										
Acompanhamento	Análise Mensal dos registros formais (e-mails, termos de ocorrência) bem como outros mecanismos existentes ACOMPANHAMENTO que relatem: Defeito ou vício no serviço/peça da oficina nos 30 (trinta) dias subsequentes à execução, bem como outros mecanismos existentes. Atendimento inadequado ou recusa de serviço pela rede credenciada.										
Periodicidade	Mensal										
Mecanismo de Cálculo	Calculada a partir do número de ocorrências formalmente registradas. (Vide Tabela 1) Cada ocorrência/reclamação formal validada pela Fiscalização .										
Início de Vigência	A partir do segundo mês do contrato.										
Pagamento	<table><tr><th>Indicador</th><th>Desconto</th></tr><tr><td>Faixa I0 a 1 Ocorrência</td><td>0 %</td></tr><tr><td>Faixa II2 a 3 Ocorrências</td><td>1%</td></tr><tr><td>Faixa III4 a 5 Ocorrências</td><td>2%</td></tr><tr><td>Faixa IV6 a 8 Ocorrências</td><td>3%</td></tr></table>	Indicador	Desconto	Faixa I0 a 1 Ocorrência	0 %	Faixa II2 a 3 Ocorrências	1%	Faixa III4 a 5 Ocorrências	2%	Faixa IV6 a 8 Ocorrências	3%
Indicador	Desconto										
Faixa I0 a 1 Ocorrência	0 %										
Faixa II2 a 3 Ocorrências	1%										
Faixa III4 a 5 Ocorrências	2%										
Faixa IV6 a 8 Ocorrências	3%										
Rescisão	O contratante, sem prejuízo das sanções administrativas previstas e de desconto dos pagamentos a serem realizados à contratada, poderá rescindir o contrato nas seguintes condições: a) Indicador correspondente à Faixa III por 4 meses consecutivos; b) Indicador correspondente à Faixa IV por 4 vezes nos últimos 12 meses; c) Indicador maior que 8 ocorrências.										

Tabela 1 - Medição do Indicador 1

Item	Ocorrência	Sim/Não/Não se Aplica	Qtde de ocorrências no mês
------	------------	-----------------------	----------------------------

1	Documentação via sistema web/outro de que uma oficina credenciada se recusou a receber um veículo do INSA ou a fornecer orçamento		
2	Constatação, na devolução do veículo, de que a oficina utilizou peça paralela de qualidade inferior à autorizada (Genuína/Original /Primeira Linha),		
3	indisponibilidade da plataforma web da contratada por tempo superior a 4 horas		
4	A credenciada utiliza fluidos, lubrificantes ou insumos fora da especificação da montadora (aferir a ártir do manual do veículo)		
5	Outras identificadas no corpo do Termo de Referência		

Indicador 2: -SUSPENDER OU INTERROMPER, SALVO MOTIVO DE FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO, OS SERVIÇOS CONTRATUAIS POR DIA E POR UNIDADE DE ATENDIMENTO

	DESCRIÇÃO										
Finalidade	Dar continuidade à execução dos serviços pactuados.										
Meta	100% de conformidade										
Medição	Mensagens enviadas por e-mail e inspeções feitas in loco pelo fiscal, bem como outros mecanimos existentes										
Acompanhamento	Planilha com registro de todas as mensagens enviadas para o canal de comunicação.										
Periodicidade	Mensal										
Mecanismo de Cálculo	Atraso na execução do serviço, por ocorrência (vide Tabela 2)										
Início de Vigência	A partir do primeiro mês do contrato.										
Pagamento	<table><tr><td>Indicador</td><td>Desconto</td></tr><tr><td>Faixa I0 a 1 Ocorrência</td><td>0 %</td></tr><tr><td>Faixa II2 a 3 Ocorrências</td><td>1%</td></tr><tr><td>Faixa III4 a 5 Ocorrências</td><td>2%</td></tr><tr><td>Faixa IV6 a 8 Ocorrências</td><td>3%</td></tr></table>	Indicador	Desconto	Faixa I0 a 1 Ocorrência	0 %	Faixa II2 a 3 Ocorrências	1%	Faixa III4 a 5 Ocorrências	2%	Faixa IV6 a 8 Ocorrências	3%
	Indicador	Desconto									
	Faixa I0 a 1 Ocorrência	0 %									
	Faixa II2 a 3 Ocorrências	1%									
	Faixa III4 a 5 Ocorrências	2%									
Faixa IV6 a 8 Ocorrências	3%										
Rescisão	O contratante, sem prejuízo das sanções administrativas previstas e de desconto dos pagamentos a serem realizados à contratada, poderá rescindir o contrato nas seguintes condições:										
	a) Indicador correspondente à Faixa III por 4 meses consecutivos;										
	b) Indicador correspondente à Faixa IV por 4 vezes nos últimos 12 meses;										
	c) Indicador maior que 8 ocorrências.										

Tabela 2 - Medição do Indicador 2

Item	ocorrência	Sim/Não/Não se Aplica	Qtde de ocorrências no mês
1	Atraso em Manutenção Preventiva: Ultrapassar o prazo máximo de 48 horas para execução de serviços de pequena monta após a aprovação do orçamento		
2	Atraso em Manutenção Corretiva: Ultrapassar o limite de 120 horas para execução de reparos complexos, sem justificativa prévia aceita pela fiscalização		
3	Atraso na Apresentação de Orçamentos: salvo quando houver prorrogação formalmente autorizada pela Administração, as oficinas credenciadas demorarem mais de 03 dias úteis para disponibilizar os orçamentos no sistema web		
4	Atraso no Socorro Mecânico/Guincho: Ultrapassar 1 hora para atendimentos no perímetro urbano de Campina Grande ou o limite de 2 horas para cada 100km de distância do local do resgate até a base da contratada mais próxima (em qualquer Estado da federação abrangido no contrato)		
5	Não credenciar novos estabelecimentos no Prazo previsto no TR		

Indicador 3: -ZELAR PELO PATRIMONIO INSTITUCIONAL DO INSA

	DESCRIÇÃO	
Finalidade	Garantir a incolumidade dos bens institucionais	
Meta	100% de conformidade	
Medição	Mensagens enviadas por e-mail e inspeções feitas in loco pelo fiscal, bem como outros mecanismos existentes (vide tabela 3)	
Acompanhamento	Planilha com registro de todas as mensagens enviadas para o canal de comunicação.	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de Cálculo	Ocorrências	
Início de Vigência	A partir do primeiro mês do contrato.	
Pagamento	Indicador	Desconto
	Faixa I0 a 1 Ocorrência	0 %
	Faixa II2 a 3 Ocorrências	1%
	Faixa III4 a 5 Ocorrências	2%
	Faixa IV6 a 8 Ocorrências	3%

Rescisão	<p>O contratante, sem prejuízo das sanções administrativas previstas e de desconto dos pagamentos a serem realizados à contratada, poderá rescindir o contrato nas seguintes condições:</p> <p>a) Indicador correspondente à Faixa III por 4 meses consecutivos;</p> <p>b) Indicador correspondente à Faixa IV por 4 vezes nos últimos 12 meses;</p> <p>c) Indicador maior que 8 ocorrências.</p>
----------	---

Tabela 3 - Medição do Indicador 3

Item	ocorrência	Sim/Não/Não se Aplica	Qtde de ocorrências no mês
1	Surgimento de arranhões, amassados, trincas em vidros ou danos ao estofamento ou qualquer parte do bem que não constavam no check-list de entrada		
2	Falta de acessórios ou equipamentos obrigatórios (estepe, macaco, extintor, rádio comunicador) identificada na retirada do veículo, que constavam no formulário de recebimento da oficina		
3	Constatação (por rastreador, denúncia ou vistoria) de que o veículo rodou além do raio de 10 km permitido para testes, ou sem o adesivo obrigatório "VEÍCULO EM TESTE"		
4	Devolução do veículo com o interior sujo de graxa/óleo decorrente da execução do serviço		
5	Renção Indevida do Ativo (Sequestro de Frota): A oficina credenciada se recusa a devolver o veículo após o cancelamento da OS pelo INSA (por achar o orçamento caro) ou exige pagamento direto/caução do servidor para liberar o carro, contrariando o TR que estipula que a relação financeira é exclusiva entre a Contratada (Gerenciadora) e a Oficina.		
6	Outras identificadas no corpo do Termo de Referência		

Indicador 4: - CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o fiel e integral cumprimento de todas as cláusulas contratuais, obrigações acessórias e normas legais, assegurando a execução dos serviços e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.
Meta	Manter o Índice de Não Conformidade Contratual (INCC) igual a O (zero), zelando pela aderência total às especificações do Termo de Referência em todos os aspectos (técnico, fiscal e legal).
Medição	Termos de Ocorrência/Notificação/Emails emitidos pela Fiscalização do Contrato e Relatório Mensal de Regularidade da CONTRATADA (incluindo certidões fiscais e trabalhistas, quando aplicável), bem como outros mecanismos existentes. - Vide tabela 4

Acompanhamento	Verificação mensal dos registros formais (e-mails, memorandos, termos de ocorrência) que apontem o descumprimento de qualquer cláusula contratual ou obrigação legal/fiscal por parte da CONTRATADA.	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de Cálculo	Registro Formal de Ocorrências e/ou Relatório de Reclamações da Fiscalização . Utilização de Laudos de Vistoria e Ordens de Serviço para comprovação do serviço executado, vide tabela 4	
Início de Vigência	A partir do segundo mês do contrato.	
Pagamento	Indicador	Desconto
	Faixa I0 a 1 Ocorrência	0 %
	Faixa II2 a 3 Ocorrências	1%
	Faixa III4 a 5 Ocorrências	2%
	Faixa IV6 a 8 Ocorrências	3%
Rescisão	<p>O contratante, sem prejuízo das sanções administrativas previstas e de desconto dos pagamentos a serem realizados à contratada, poderá rescindir o contrato nas seguintes condições:</p> <p>a) Indicador correspondente à Faixa III por 4 meses consecutivos;</p> <p>b) Indicador correspondente à Faixa IV por 4 vezes nos últimos 12 meses;</p> <p>c) Indicador maior que 8 ocorrências.</p>	

Tabela 4 - Medição do Indicador 4

Item	ocorrência	Sim/Não/Não se Aplica	Qtde de ocorrências no mês
1	Não manter o mínimo exigido de 09 (nove) estabelecimentos credenciados aptos na cidade de Campina Grande durante qualquer período do mês		
2	Descumprimento da condição de habilitação		
3	Constatação pela fiscalização de que a contratada cobrou peças acima da Tabela Oficial de Preços das montadoras (Audatex /Similar, se se aplicar ao caso) ou aplicou tempo de mão de obra superior ao padrão estipulado		
4	A contratada deixa de disponibilizar ou fornecer relatórios que dificulte comparativos, ou falhas na migração de dados para planilhas que impeçam o INSA de auditar		
5	Outras identificadas no corpo do Termo de Referência		

14. ANEXO II

Anexo II

Placa	Marca	Modelo	Combustível	Ano de Fabricação	Ano do Modelo	Tipo de Veículo
ZTR-0001	NEW HOLLAND	7630 4X4	DIESEL S10	2008	2008	PESADO
NQD-5667	VOLKSWAGEN	8-150 DELIVERY	DIESEL S10	2010	2010	PESADO
ZGE-0002	STEMAC	NEF67-TM6 220 KVA	DIESEL S10	2014	2014	PESADO
QFH-7190	HONDA	NXR150 BROS	FLEX	2014	2014	LEVE
MOR-7275	HONDA	NXR150 BROS	GASOLINA	2008	2008	LEVE
MOD-7973	NISSAN	FRONTIER 4X4	DIESEL S10	2008	2008	LEVE
NPY-0393	VOLKSWAGEN	13-180 WORKER	DIESEL S10	2011	2011	PESADO
MOT-8097	PEUGEOT	BOXER	DIESEL S10	2007	2007	LEVE
QFH-7130	HONDA	NXR150 BROS	FLEX	2014	2014	LEVE
NQD-8899	VOLARE	W9-VW	DIESEL S10	2010	2010	PESADO
ZGE-0001	STEMAC	NEF67-TM6 220 KVA	DIESEL S10	2014	2014	PESADO
OGB-2458	NISSAN	FRONTIER 4X2 ATTACK	DIESEL S10	2013	2014	LEVE
OGB-2448	NISSAN	FRONTIER4X2ATTACK	DIESEL S10	2013	2014	LEVE
MNZ-5391	FIAT	FIORINO FURGAO	FLEX	2009	2010	LEVE
NQI-5030	TOYOTA	HILUX CD 4X4	DIESEL S10	2009	2010	LEVE
MON-4221	MITSUBISHI	PAJERO TR4	FLEX	2011	2011	LEVE

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RICHARD MEDEIROS DE ARAUJO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 26/05/2026 às 08:22:55.

PAULO LUCIANO DA SILVA SANTOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 26/05/2026 às 09:59:55.

ROBERTO CAVALCANTI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 26/05/2026 às 09:35:19.

TAISSA GUEDES CANDIDO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 26/05/2026 às 08:42:45.

INST. NACIONAL DO SEMI-ARIDO-NSA

Estudo Técnico Preliminar 7/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 01201.000302/2026-21

2. Descrição da necessidade

A necessidade da contratação tem como base os documentos apresentados no Processo SEI nº 01201.000324/2021-87 e no recente Quarto Termo Aditivo de 2025/2026, a justificativa para a realização de um novo processo licitatório deve considerar o esgotamento dos prazos legais de prorrogação e a necessidade de atualização do modelo de gestão sob a nova legislação.

O atual Contrato Administrativo nº 16/2021, firmado com a empresa Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli, encontra-se em seu Quarto Termo Aditivo. A prorrogação atual contempla o período de 09/12/2025 a 08/12/2026.

Considerando que a vigência inicial era de 12 meses e o limite máximo permitido pela Lei nº 8.666/93 (base legal do contrato atual) é de 60 meses, o contrato atingirá seu limite improrrogável em dezembro de 2026.

Portanto, a nova licitação é obrigatória para evitar a interrupção de serviços essenciais à continuidade das atividades do INSA/MCTI.

Diferente do contrato vigente, regido pela Lei nº 8.666/93 e IN SEGES/MP nº 5/2017, o novo certame deverá obrigatoriamente ser realizado sob a égide da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).

A frota do INSA é composta por diversos tipos de veículos, incluindo caminhões, micro-ônibus, tratores e geradores de energia. A seguir um recorte da referida frota.

Placa	Marca	Modelo	Combustível	Ano de Fabricação	Ano do Modelo	Tipo de Veículo
ZTR-0001	NEW HOLLAND	7630 4X4	DIESEL S10	2008	2008	PESADO
NQD-5667	VOLKSWAGEN	8-150 DELIVERY	DIESEL S10	2010	2010	PESADO
ZGE-0002	STEMAC	NEF67-TM6 220 KVA	DIESEL S10	2014	2014	PESADO
QFH-7190	HONDA	NXR150 BROS	FLEX	2014	2014	LEVE
MOR-7275	HONDA	NXR150 BROS	GASOLINA	2008	2008	LEVE
MOD-7973	NISSAN	FRONTIER 4X4	DIESEL S10	2008	2008	LEVE
NPY-0393	VOLKSWAGEN	13-180 WORKER	DIESEL S10	2011	2011	PESADO
MOT-8097	PEUGEOT	BOXER	DIESEL S10	2007	2007	LEVE
QFH-7130	HONDA	NXR150 BROS	FLEX	2014	2014	LEVE
NQD-8899	VOLARE	W9-VW	DIESEL S10	2010	2010	PESADO
ZGE-0001	STEMAC	NEF67-TM6 220 KVA	DIESEL S10	2014	2014	PESADO
OGB-2458	NISSAN	FRONTIER 4X2 ATTACK	DIESEL S10	2013	2014	LEVE
OGB-2448	NISSAN	FRONTIER4X2ATTACK	DIESEL S10	2013	2014	LEVE
MNZ-5391	FIAT	FIORINO FURGAO	FLEX	2009	2010	LEVE
NQI-5030	TOYOTA	HILUX CD 4X4	DIESEL S10	2009	2010	LEVE
MON-4221	MITSUBISHI	PAJERO TR4	FLEX	2011	2011	LEVE

Obs: o desenho da frota veículos/equipamentos foi confirmado no id 13649254 e 13649239.

Existe ainda o desenho de novas aquisições por meio de Projetos do INSA, fora do campo do uso do Orçamento Geral da União, o que deverá gerar uma maior despesa com serviços de manutenção preventiva nos termos dos manuais técnicos, por exemplo. As informações foram demandadas da COADM, cujo retorno consta no id 13650633. Com isso, há no INSA/MCTI um procedimento para aquisição de 11 (onze) veículos novos a seguir enumerados.

- 2 picapes Toyota Hilux – cabine dupla, modelo SRX Plus;
- 1 Toyota SW4 – modelo SRX Platinum;
- 1 quadriciclo Honda - modelo TRX 420 Four Flex;
- 2 motocicletas Honda - modelo CG 150 Titan;
- 1 trator John Deere - modelo 6100J com pá carregadora 563SL;
- 1 unidade móvel sobre chassi (Caminhão), Truckvan - projeto arquitetônico
- 2 vans Mercedes-Benz - modelo Sprinter;
- 1 micro-ônibus Mercedes-Benz – modelo chassi LO 916.

A contratada deve manter rede credenciada em todo o perímetro do Semiárido Brasileiro, abrangendo os 9 (nove) estados do Nordeste, mais o Estado de Minas Gerais e Espírito Santos, devendo dispor do serviço de rede em todo o Brasil, e atendendo a cidade de Campina Grande/PB, onde o INSA possa sua infraestrutura em operação.

Um novo processo licitatório permitirá reavaliar a capilaridade da rede de oficinas e postos credenciados, garantindo que o INSA tenha suporte técnico célere em toda a sua área de atuação administrativa, devendo esse se por DEMANDA, a medida que a Administração tiver interesse providenciar a solicitação junto a eventual contratada.

A nova licitação justifica-se pela imposição legal do término da vigência do contrato 16/2021, pela necessidade de adequação à Lei nº 14.133/2021 e pela oportunidade de otimizar os custos de gerenciamento de uma frota que teve seu orçamento expandido recentemente devido à alta demanda operacional, e ao parque altamente velho.

Entende-se que mesmo com as novas compras, a futura licitação deve ocorrer POR DEMANDA (peças/serviços), uma vez que mesmo com eventuais veículos novos, pode ser necessário manter a frota em plena condição de uso para atividades rotineiras no âmbito do INSA /MCTI, deslocando a frota novas para as atividades oficiais que demandem viagens para fora de Campina Grande, por exemplo. Pondere-se que pode-se considerar o desenho da frota nova, no bojo desse planejamento, ou não, a depender da dinâmica dos projetos que tratam do tema, como o INSA pode incluir frota a qualquer momento, podemos prescindir desses dados no planejamento em tela.

Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de bens/serviços comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do Art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133 /2021.

Para a presente contratação, sugere-se licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 tipo menor preço global (maior desconto), salvo melhor juízo.

Em atendimento ao disposto no art. 19, §2º, e no art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, verificou-se a inexistência de item correspondente ao objeto no Catálogo Nacional de Contratações Públicas (CNCp) que contemple de forma específica o objeto de gestão de frotas veiculares. Dessa forma, foi justificada a não utilização do catálogo eletrônico de padronização, adotando-se especificações técnicas baseadas em padrões internos da Administração do INSA e práticas de mercado, garantindo a padronização e a comparabilidade das propostas vindouras.

Observa-se que atualmente o Contrato vigente atende ao INSA, no seguinte cenário de credenciados:

UF	Total Geral
AC	330
AL	327
AM	495
AP	115
BA	1787
CE	1257
DF	677
ES	1576
GO	2162
MA	644
MG	6104
MS	1222
MT	1867
PA	726

PB	530
PE	1570
PI	548
PR	3408
RJ	1526
RN	565
RO	1359
RR	252
RS	1852
SC	2336
SE	171
SP	7779
TO	586
Total Geral	41771

Considerando a necessidade de detalhamento específico para o município de Campina Grande/PB, aprofundamos a análise para demonstrar não apenas o tipo de faturamento (Peças/Serviços), mas também a natureza do estabelecimento (Tipo de Credenciamento). Esse nível de minúcia é salutar para a definição de lotes ou agrupamentos no edital, garantindo a ampla competitividade e a adequação do objeto licitado à realidade do mercado local.

Natureza do Estabelecimento	Total Geral
CONCESSIONÁRIA	9
LAVADOR DE CARRO	5
OFICINA/PEÇAS	67
REBOQUE	1
REVENDEDORA AUTOPEÇAS	2
Total Geral	84

Com base nos dados do levantamento junto ao contrato atual, a região Nordeste possui um total de mais 7.399 estabelecimentos credenciados. Esse quantitativo demonstra uma capilaridade na região, o que é um indicador positivo para garantir a ampla concorrência e a segurança na prestação dos serviços demandados pela Administração, em total conformidade com os princípios da Lei nº 14.133 /2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
INSA ADM	Djanice Silva de Santana

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Dentre os requisitos da contratação, elencamos:

a) A Contratada deverá tornar disponível à Contratante, sendo considerado como base operacional o INSA em Campina Grande/PB, sistema em ambiente web, de gerenciamento de serviços, cuja tecnologia possibilite/forneça um perfil mínimo de funcionalidade, conforme o descrito nos itens a seguir:

a.1) Abertura de Ordens de Serviço on-line/real time, recebimento de orçamento on-line/real time; avaliação e aprovação on-line/real time de orçamento de peças, acessórios e serviços; cotação de preços de peças, acessórios e serviços on-line/real time; acompanhamento on-line do status dos serviços que estiver sendo efetuado; sistemas Integrados de Informações, permitindo a geração de Relatórios Gerenciais; sistemas Tecnológicos integrados que viabilize a autorização para realização dos serviços de manutenção e reparos e fornecimento de peças e acessórios para os veículos da frota da Contratante junto aos estabelecimentos da rede, por meio de senha fornecida aos fiscais designados pela Administração do INSA/MCTI;

- a.2) Utilização de logística especializada de rede, com amplo número de oficinas e concessionárias credenciadas, em todo o território de Campina Grande – PB, e no Semiárido do Nordeste mais os Estados de MG e ES; Banco de Dados para fornecimento de relatórios gerenciais com históricos dos serviços executados, despesas de manutenção de cada um dos veículos da frota, fornecendo, inclusive, índice de atendimento por tipo de serviço; fornecimento de relatórios específicos, analíticos e sintéticos, por período pré-estabelecido, extraídos por veículos individuais ou grupos, que possibilitem a análise de gastos discriminados em peças e mãos de obra.
- a.3) A contratada deverá assegurar a disponibilidade de rede credenciada capaz de atender os 9 (nove) estados do Nordeste, mais o Estado de Minas Gerais e Espírito Santos. A exigência estará condicionada à viabilidade de atendimento local, a ser aferida mediante a existência de estabelecimentos aptos à prestação dos serviços, regularmente constituídos e passíveis de credenciamento.
- b) A contratação deve dispor Faturamento de nota fiscal com demonstrativo de compra, discriminado valores gastos com mãos de obra, peças e taxa de administração; o sistema deverá registrar e armazenar todos os dados da vida mecânica do veículo a cada operação.
- c) A Contratada deverá dispor de ampla rede de estabelecimentos conveniados (oficinas automotivas, borracharias, lava jatos, concessionárias, autopeças e serviços de guincho) localizados fisicamente no Estado da Paraíba, em especial no município de Campina Grande /PB, e com cobertura em toda a área de atuação do INSA, ou seja, o perímetro do Semiárido Brasileiro, que abrange os 9 (nove) estados da Região Nordeste, além do Estado de Minas Gerais e Espírito Santo, devendo promover o credenciamento de outros, a pedido da Contratante, em função das necessidades que se fizerem presentes, sempre conexas aos interesses públicos, para fins de prestação de serviços gerais de manutenção preventiva e corretiva em: mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, pintura, lubrificantes, filtros, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, borracharia, retífica, alinhamento, balanceamento, serviços de chaveiro e fornecimento de peças e acessórios em geral, considerando:
- c.1. Manutenção Preventiva - compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, obedecendo-se às recomendações do fabricante do veículo e/ou as recomendações da equipe do INSA.
- c.2. Manutenção Corretiva - compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção/fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais. Reboque de Veículos (Assistência 24 horas) em caso de acidente ou pane, em território do Nordeste (além do Estado de Minas Gerais e Espírito Santos).
- c.3. Extramanutenção – compreende em executar os serviços nos sistemas, subsistemas do veículos e equipamentos/máquinas objeto deste ETP, decorrentes da identificação de oportunidade de melhorias ou da necessidade de serviços eventuais ou complementares.
- d) A rede credenciada deverá ser suficiente para o pleno atendimento da demanda de serviços de manutenção de serviços em todo território citado, contendo obrigatoriamente, após a assinatura do contrato, a manutenção de no mínimo 09 (nove) oficinas mecânicas /empresas credenciadas no município de Campina Grande - PB, tendo estas capacidades para atender toda a frota do INSA.
- e) Conforme necessidade da contratante, e sem qualquer ônus a ela, a contratada deverá efetuar o credenciamento de novos fornecedores e prestadores de serviço, tendo para isso, o prazo de 30 (trinta) dias a partir da data da solicitação.
- f) Treinamento de todos os gestores e usuários envolvidos na utilização da solução proposta, a serem realizados nas instalações do INSA (podendo ser virtualmente), no prazo máximo de 7 (sete) dias da data da entrega dos dados cadastrais dos usuários.
- f) O sistema deverá emitir relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle de despesas e tipos de serviços, do valor das peças e da mão de obra, das garantias, do histórico de ordens de serviço, do orçamentos e de manutenção por veículo /equipamento e centro de custo.
- f.1). O histórico das operações deve ser armazenado e de imediata e fácil consulta pela Contratante durante a vigência contratual, bem como, ao término do contrato, deverá ser disponibilizado pela Contratada em planilha eletrônica.
- f.2). Disponibilizar acesso/instrumento hábil, composto de ferramenta que possibilite ao gestor/fiscal efetuar consulta on-line, tanto à tabela de preços dos fabricantes de peças, quanto à tabela de tempos de mão de obra padrão, conforme informações técnicas do Sindicato da Indústria e Reparação de Veículos e Acessórios.
- f.3) Entregar em até 10 dias após a assinatura do contrato, tabela tempária do fabricante de cada marca de veículo, por meio impresso ou eletrônico, caso essas informações não estejam contidas no sistema web disponibilizado.
- f.4 A Contratada deve prover uma forma alternativa para garantir a continuidade dos serviços contratados, no caso de impossibilidade de se efetuar a transação por meio eletrônico.
- g) Os prazos para execução das manutenções/reparos necessários nos veículos, nacionais ou importados, devem ser estabelecidos de comum acordo com a Contratada, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo que para a manutenção corretiva o prazo não seja superior a 120 (cento e vinte) horas, a partir da aprovação do orçamento, sem prejuízo a serviços de maior durabilidade, desde que previamente informados ao gestor de base.

- h) A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual.
- i). A Contratada se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.
- j) A efetiva implantação do sistema de gerenciamento de manutenção dos veículos, com fornecimento de peças, deverá dar-se num prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da assinatura do contrato a ser expedida pela contratante, incluindo o acesso a todos os recursos tecnológicos e ferramentais necessários à plena utilização dos sistemas web da Contratada pelos servidores autorizados vinculados à contratante.
- k) Todas as operações serão realizadas interativamente, via web, entre o sistema da Contratada e o operador - servidor autorizado do INSA mediante opções de execução oferecidas (menus). A Contratada deverá ofertar serviços destinados à gestão de frota, apresentando dados quantitativos, mecanismo e processos necessários para viabilizar o acesso ao sistema, em ambiente web capaz de atender a todas as demandas da Contratante no escopo do objeto do contrato, e apto a proporcionar soluções globais e integradas, com alto nível de segurança e de controle dos serviços gerais de manutenção dos diversos tipos de veículos do INSA.
- l) O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da Contratada, utilizado no atendimento às demandas da Contratante não deverá ser superior a (4) quatro horas.
- l.1) Será considerada como USUÁRIO a (s) unidades (s) administrativas (s) determinadas pela contratante, sendo designados servidores responsáveis pela fiscalização e gerenciamento dos serviços, aos quais a Contratada tornará disponíveis senhas de acesso ao sistema web de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso, e segundo determinação do INSA.
- m) O sistema tecnológico integrado viabilizará o pagamento dos serviços executados e o fornecimento de peças e acessórios, mediante uso de senha fornecida aos fiscais designados pela administração.
- n) A contratada deverá credenciar oficinas/serviços, sempre que possível nas imediações das unidades da Contratante.
- n.1) As oficinas e concessionárias/empresas integrantes da rede conveniada pela Contratada deverão confeccionar Check-list, dos itens e acessórios no interior do veículo no momento do recebimento e entrega do mesmo.
- n.2) As oficinas e concessionárias/empresas integrantes da rede conveniada pela Contratada deverão proceder à entrega ao usuário (INSA) das peças substituídas nos veículos, as quais, após análises das peças, poderá definir, em conjunto com a prestadora dos serviços, a destinação final das peças substituídas; na ocasião devem ser entregues os certificados de garantia e a relação de peças utilizadas com marca e modelo.
- o) As oficinas e concessionárias/empresas integrantes da rede pela Contratada deverão fornecer garantia conforme estabelecido abaixo:
- o.1) De acordo com a fabricante da peça, ou em sua omissão, mínimo de 6 (seis) meses para as peças repostas e instaladas nas oficinas credenciadas pela Contratada, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal (is) fatura(s);
- o.2) Deverá ser de 6 (seis) meses para os serviços executados pelas oficinas credenciadas pela Contratada onde não houver utilização de peças, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal(is) fatura(s);
- o.3) Os serviços de manutenção corretiva terão garantia mínima de 12 (doze) meses, exceto alinhamento de direção e balanceamento de rodas que terão garantia de 30 (trinta) dias, os serviços de lanternagem e pintura deverão ter garantia mínima de 06 (seis) meses;
- o.4) As peças utilizadas nos serviços poderão ter garantia diferenciada, desde que seja por um período superior à garantia mínima.
- p) Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para o INSA, os estabelecimentos credenciados, às suas expensas, estão obrigados a:
- p.1) Substituir o material defeituoso;
- p.2). Corrigir defeitos de montagem/manutenção.
- p.3) A contratada deverá executar, às suas expensas, os serviços que apresentarem vícios ou defeitos, bem como a substituição das peças ali empregadas, obedecendo aos limites estabelecidos como garantias ofertadas para tais serviços, nos termos desse ETP e do Termo de Referência.
- q) A Contratante deverá adquirir as peças/serviços atentando para o melhor desconto ofertado pela rede credenciada, sendo considerada como critério a proximidade do local onde o serviço será executado, avaliando-se o custo/benefício.
- r) A fiscalização de preços ficará a cargo do fiscal designado pelo INSA, devendo a Contratada garantir que os preços cobrados na rede credenciada terão como limite o preço de à vista.

- s) Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela contratada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web , e respectiva autorização pelo fiscal designado pela contratante, que se pronunciará após imediata análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente.
- t) Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da Contratada deverão ser por esta reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre a contratante e tais prestadores de serviço.
- u) Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental no fornecimento dos produtos, observando a Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que versa sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
- v) Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23 /06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- v.1) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- v.2) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- v.3) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;.
- x)A empresa deverá implantar e operacionalizar, junto ao INSA, em até 15 (quinze) dias corridos a contar da data da assinatura do contrato, um sistema informatizado, via internet, com redes de lojas e oficinas credenciadas, para atender às solicitações do Gestor do Contrato, quando da necessidade de atender os veículos da frota oficial, propiciando ao contratante a gestão e o controle detalhado das informações relativas às manutenções realizadas e as aquisições. O sistema compreende o atendimento, orçamento detalhado das peças e serviços e os demais itens necessários à plena manutenção dos veículos e restauração destes às condições de segurança, nos diversos estabelecimentos credenciados.
- z) Obedecer à tabela do fabricante no que concerne ao preço das peças e acessórios, devendo ser praticado os preços de mercado pelo valor à vista, emitindo orçamento prévio quando da solicitação do Gestor do Contrato, de necessidades relacionadas aos serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, ou, ainda, de acessórios.
- w) Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar diretamente ao INSA ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- y) A contratada deverá dispor das tabelas para manutenções corretivas e preventivas dos veículos, sempre que se aplicar.
- aa.I) A CONTRATADA deverá dispor de literatura técnica específica do equipamento a reparar/recuperar (Boletim Informativo, Manual de Serviço, Catálogo de Peças do fabricante do item), sempre que se aplicar.
- aa.II) O sistema web deverá ser compatível com os sistemas operacionais Windows 10/11/7, nos navegadores Mozilla firefox, Google Chrome, Microsoft Edge e com ferramentas de escritório como o libreoffice, sendo de responsabilidade da contratada quaisquer software adicional necessário ao acesso do sistema disponibilizado.
- aa.III) O sistema deve informar os códigos das peças e o tempo de realização dos serviços de mão de obra.
- aa.IV) Sistema que contenha consulta às tabelas de tempo de não de obra padrão, necessária a fiscalização dos orçamentos apresentaddos pela rede credenciada, deve possibilitar a consulta de tempo padrão para todos os serviços relacionados as marcas /modelos de veículos, sempre que se aplicar, sendo que no caso de serviços com mão de obra em que não conste no sistema, a contratada deverá fazer pesquisa em concessionária da marca e apresentá-la formalmente a Contratada.

5. Levantamento de Mercado

Para o levantamento do mercado buscou-se compreender como a demanda seria atendida, havendo diversas possibilidades. Após pesquisas em SITES, no SICAF e em sites de governo, observa-se que o contexto vem sendo atendido por serviços de gestão de frota (e não contratações individualizadas como oficinas, fornecedora de peças e outros), a seguir segue um consolidado de empresas (CNPJ e sua situação junto a RFB) que teriam o perfil de atender ao interesse da Administração.

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	Atividade em comum	Situação Atual
20.217.208/0001-74	GOLDI SERVIÇOS ADMINISTRAÇÃO LTDA	E Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	Ativa
12.039.966/0001-11	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	Ativa
01.312.680/0001-41	FLEET CARDS GESTAO DE FROTAS LTDA	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	Ativa
01.667.155/0001-49	NP3 COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	Ativa
05.340.639/0001-30	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	E Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	Ativa
03.506.307/0001-57	TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	Ativa
00.604.122/0001-97	TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	Ativa
03.817.702/0001- 50	VOLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	Ativa
14.221.175/0001-33	ZIPPCARD GESTÃO BENEFÍCIOS EIRELI	EM Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	Ativa

Conforme consulta ao Catálogo de Serviços do Governo Federal e em atendimento, o serviço objeto desta contratação se enquadra no ramo de atividade de “Administração/Gerenciamento-Manutenção de Veículo Automotivo”, sob o código nº 25518. Esta classificação é a mesma utilizada em contratações similares, havendo outros códigos que podem ser usados pelos sistemas e equipes de planejamento de contratação quando dos cadastros no Compras, para fins de licitação ou dispensas eletrônicas.

Segundo na análise pelo desenho da melhor solução, assim foram avaliados contratos vigentes no contexto do Estado da Paraíba, assim como as Atas de SRP (id 13648147) com vigência ativa, percebe-se que existem 03 (três) possibilidades de desenho de contratação que atenda a Frota do INSA com peças/serviços. Entende-se que esse recorte é suficiente haja vista as operações do INSA por meio de uso da Frota em mais de 80% é circunscrita no Estado Paraibano.

Solução 1: Contratação de serviços de administração e gerenciamento de frota com rede credenciada e sistema informatizado (Cartão Magnético) Esta solução consiste em contratar uma empresa gerenciadora que disponibiliza um sistema em ambiente web integrado e uma ampla rede de oficinas, concessionárias e borracharias credenciadas.

Vantagens:

- 1. Abrangência territorial e celeridade: Garante cobertura na área de atuação no perímetro do Semiárido Brasileiro (podendo inclusive atender a todo o País), facilitando o atendimento rápido e evitando logísticas complexas durante viagens intermunicipais ou interestaduais.

2. Eficiência e transparência administrativa: Elimina rotinas burocráticas e desperdícios de tempo ao permitir a cotação, avaliação e aprovação de orçamentos diretamente pelo sistema de forma *on-line* e em tempo real.
3. Controle gerencial detalhado: O sistema registra e armazena todos os dados da vida mecânica de cada veículo de forma centralizada, fornecendo relatórios minuciosos sobre despesas por centro de custo, peças substituídas e prazos de garantia.

Desvantagens:

1. Custos indiretos: Envolve o faturamento de uma taxa de administração proporcional aos valores gastos com peças e mão de obra junto à rede.
2. Dependência tecnológica: A execução e a liberação dos serviços dependem do funcionamento ininterrupto do sistema web da gerenciadora e da conexão à internet.
3. Curva de aprendizado operacional: Exige dedicação de tempo para o treinamento inicial de todos os gestores e fiscais designados para a correta utilização da plataforma e liberação de pagamentos via senha e cartão.

Solução 2: Contratação direta de uma única empresa ou oficina prestadora de serviços (Modelo Tradicional) Consiste no formato tradicional onde a Administração realiza um contrato diretamente com uma oficina específica que atende a toda a demanda da frota.

Vantagens:

1. Relação simplificada: O trato é direto e exclusivo com a oficina executora, sem a intermediação sistêmica de empresas gerenciadoras.
2. Isenção de taxas acessórias: Não há incidência de taxas de administração cobradas por serviços terceirizados de software.
3. Fiscalização concentrada: Facilidade em realizar vistorias e acompanhamento presencial diário, uma vez que todas as manutenções ocorrem em um mesmo ambiente físico.

Desvantagens:

1. Restrição de atendimento: Restringir a manutenção a uma só empresa prestadora reduz a flexibilidade, a disponibilidade e a agilidade em momentos de alta demanda da frota.
2. Dificuldade em deslocamentos: Caso ocorram quebras no interior do estado, haverá enorme dificuldade operacional para buscar o veículo, gerando elevação de custos logísticos e indisponibilidade de transporte
3. Ausência de integração gerencial: Por não usar um sistema gerencial padrão de mercado, dificulta-se a extração de métricas de eficiência automotiva, consumo e controle histórico do hodômetro.

Solução 3: Contratação segmentada por lotes (separação de peças e serviços) com desconto em Tabela de Referência Neste formato, a licitação é fracionada. Contratam-se empresas distintas para o fornecimento de peças — com base no maior desconto sobre tabelas oficiais (ex: Audatex ou outras) — e oficinas apenas para a execução da mão de obra.

Vantagens:

1. Critério objetivo de tetos de preços: Utiliza-se um balizador de mercado confiável e auditável (tabelas de montadoras) para estabelecer o limite máximo aceitável.
2. Atração de distribuidores especializados: A separação do objeto em lotes atrai empresas especializadas que focam exclusivamente no varejo e atacado de autopeças.
3. Maximização de descontos licitatórios: A disputa focada apenas no fornecimento de peças pode resultar em altos descontos percentuais ofertados pelas fornecedoras.

Desvantagens:

1. Conflito nas responsabilidades de garantia: A separação entre o fornecedor da peça e o prestador do serviço mecânico gera dificuldades em determinar a responsabilidade pelo defeito nos prazos de garantia.
2. Sobrecarga administrativa: Acarreta uma carga de trabalho significativamente maior para o órgão, exigindo mais estrutura e rotinas operacionais para gerenciar e fiscalizar múltiplos contratos de uma única intervenção automotiva.
3. Risco de insucesso no certame: Licitar itens ou serviços específicos de forma isolada pode não ser financeiramente atrativo para o mercado, correndo-se o risco de não haver interessados na licitação.

Para fins de melhor solução, o ETP do INSA considera a mais eficaz a adoção da Solução 1 (Contratação de Gerenciamento e Controle de Frota com sistema informatizado. POR DEMANDA), pois se apresenta como a proposta objetivamente mais vantajosa e recomendada. Essa escolha se baseia na realidade operacional de abranger o extenso perímetro do Semiárido Brasileiro. Considerando o volume de viagens intermunicipais, restringir a manutenção ao modelo tradicional (Solução 2) ou fracionar o objeto (Solução 3) exigiria uma logística severamente complexa. O agrupamento num contrato gerenciado confere agilidade, unifica o acompanhamento do ciclo de vida dos veículos — mitigando conflitos nas regras de reposição de peças — e atende à necessidade de suporte contínuo através de uma rede diversificada para manutenções preventivas e corretivas, sejam planejadas ou não.

Tal solução sugerida vai ao encontro da Súmula 247 do TCU, demonstrando que a segregação do objeto, neste caso específico, comprometeria a viabilidade técnico-operacional e a economia de escala, conforme exige o art. 47, II, da Lei 14.133/2021, restando inviável ao INSA um sucesso na contratação, caso optasse por um modelo diferente de definição de solução.

Pondere-se ainda que a Instrução Normativa nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em seu art. 15 diz que “Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional”. Com isso, a proposta do ETP sugere que a contratação nasça com a possibilidade de prorrogação por até 05 (cinco) anos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo haver prorrogação decenal nos termos da Lei.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nestes Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de manutenção e gerenciamento da frota. A solução cobrirá todos serviços necessários que incluem lavagens, higienizações e serviços de guincho/reboque, para o bom funcionamento e manutenção da frota do INSA, com o fornecimento das peças e acessórios automotivos necessários para a execução dos mesmos. Como também a disponibilização de sistema informatizado, que proporcionará relatórios precisos sobre os veículos e equipamentos/máquinas do INSA, com dados tanto das manutenções quanto dos deslocamentos e peças substituídas. Os principais serviços de manutenção estão conforme abaixo:

6.1.1 Manutenção preventiva: ação sistemática de controle e monitoramento com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no desempenho do veículo. Dentro da manutenção preventiva podemos citar os serviços de regulagem, revisões e inspeções dos sistemas de: suspensão, elétrico, direção, transmissão, tração, carroceria, alimentação, exaustão, mecânico, freios, hidráulico, refrigeração, injeção eletrônica, pneumático, tapeçaria e capotaria, motor entre outros. Com o objetivo de proporcionar melhores condições de desempenho do veículo no que se refere ao seu funcionamento, rendimento e segurança. Também consiste na prevenção de defeitos que possam resultar na paralisação do veículo ou em danos aos seus componentes.

6.1.2 Seguem alguns serviços necessários na manutenção preventiva:

6.1.2.1 Sistema de suspensão, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: parafusos e porcas, coxins e batentes, amortecedores e molas, pneus, aros e rodas, pivôs, rolamentos, mangas de eixo, entre outros.

6.1.2.2 Sistema elétrico, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: correia do alternador, alternador, chicote, aterramentos, bateria, motor de partida, lâmpadas de farol alto, lâmpada de meia luz, lâmpada de luz mínima, lâmpada do pisca, lâmpada da luz de ré, lâmpada da luz de freio, vidros elétricos, travas elétricas, air-bag, alarme, limpadores de para-brisas, esguicho, rádio, painel de instrumentos, caixa de fusíveis, entre outros. Para os equipamentos híbridos, tipo os Geradores e Tratores, identificados na tabela descritora da frota, podem ser solicitados serviços que demandem componentes específicos para os mesmos.

6.1.2.3 Sistema de direção, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: coluna de direção, caixa de direção, bomba hidráulica da direção, barras de direção, terminais de direção, alinhamento da direção e balanceamento das rodas, geometria da suspensão, caster das rodas entre outros.

6.1.2.4 Sistema de transmissão, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: embreagem, disco, platô, colar, cilindro de embreagem, caixa de câmbio, cruzetas e trizetas, tulipas, eixo cardan, rolamento de centro, diferencial, pião e coroa, satélite e planetárias, semieixo, juntas homocinéticas, coifas, rolamentos entre outros.

6.1.2.5 Sistema de tração, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: alavanca de acionamento, bomba de vácuo, mangueiras e conexões, caixa de transferência, coxins da caixa de transferência, cruzetas do eixo cardan da tração, eixo cardan da tração, diferencial dianteiro, satélites e planetárias do diferencial dianteiro, retentores laterais da semiárvore do diferencial dianteiro, rolamentos laterais do diferencial dianteiro, rolamentos do pião, coroa do diferencial dianteiro, pino de bloqueio, entre outros.

6.1.2.6 Sistema de carroceria, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: monobloco, para lama, para barro, grade frontal, painel frontal, painel corta fogo, cofre do motor, grade do para-brisas. Sistema de alimentação, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: tanque de combustível, bomba de combustível, boia do nível de combustível, filtro de combustível, mangueiras de combustível, regulador de pressão de bico e bomba injetora, entre outros.

6.1.2.7 Sistema de exaustão, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: coletor de escapamento, juntas do escapamento, coxins do escapamento, catalizador, abafador, tubulação, ponteira, entre outros.

6.1.2.8 Sistemas mecânicos, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: Acoplamentos, coxins, parafusos, fixações, alinhamentos, eixos, limitadores entre outros.

6.1.2.9 Sistemas de freio, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: pedal de freio, cilindro mestre de freio, servo-freio, tubulações e conexões, cilindros de roda, pinças de freio, pastilhas de freio, patins de freio, cabo de freio de estacionamento, tambores de freio, discos de freio, fluido de freio, reservatório do fluido de freio, mangueiras e válvula do vácuo, cuícas de freio, eixo "S", buchas do eixo "S".

6.1.2.10 Sistema hidráulico, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: correia da bomba hidráulica, reservatório de óleo hidráulico, bomba hidráulica, tubulações e mangueiras, conexões, entre outros.

6.1.2.11 Sistema de refrigeração, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: correia do compressor, compressor, óleo do compressor, condensador, filtro secador, evaporador, válvula de expansão, eletro-ventilador do condensador, eletro-ventilador do evaporador, filtro de pólen, relés, sensores de pressão, mangueiras e tubulações, anéis orings, pressão de refrigerante, recarga de líquido refrigerante, botoeiras, dutos de ventilação entre outros.

6.1.2.12 Sistema de injeção eletrônica, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: Realização de diagnóstico computadorizado, central de injeção eletrônica UCE, bomba de combustível, chicotes em geral, bicos injetores, sensor de rotação, sensor de fase, sensor de temperatura, sonda lambda pré e pós catalizador, medidor de pressão absoluta, medidor de fluxo de ar, válvula do cânister, sensor de posição da borboleta, atuador de marcha lenta, sensor de detonação, sensor de velocidade, bobina de ignição, cabos de vela, velas de ignição, sensor de pressão de óleo, eletroválvulas de modulação da turbina de geometria variável, sensor de pressão de turbo, tensor de temperatura de gases de admissão, sensor de pressão de combustível, válvula de pressão de combustível, sensor de pressão do rail, entre outros.

6.1.2.13 Sistema pneumático, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: correia do compressor de ar, compressor de ar, mangueiras e conexões, reservatório de ar, válvula de alívio, válvula do pedal, válvula relé, válvula de 4 vias, servo de embreagem entre outros.

6.1.2.14 Tapeçaria e capotaria, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: carpete de assoalho, tapetes, cintos de segurança, forro de portas, forro de teto, capas de bancos, capota marítima, protetor de caçamba, estofamento dos bancos entre outros.

6.1.2.15 Sistema de arrefecimento do motor, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: correia da bomba de água, bomba de água, líquido de arrefecimento, mangotes e mangueiras, reservatório de expansão, válvula termostática, radiador, correia da ventoinha, ventoinha, embreagem viscosa, defletor de fluxo de ar do radiador, eletro ventilador, tampões, entre outros.

6.1.2.16 Motor, inspeção e/ou reparo e/ou substituição de: filtro de ar do motor, alojamento do filtro de ar do motor, dutos de ar do motor, corpo de borboleta, junta do coletor de admissão, coletor de admissão, eixo comando de válvulas, retentor do eixo comando de válvulas, balancins, junta da tampa de válvula, tampa de válvula, tampa do motor, junta do cabeçote de válvulas, cabeçote de válvulas, sede de válvulas, guias de válvulas, molas das válvulas, válvulas de admissão, válvulas de escape, junta do coletor de escape, coletor de escape, bloco de motor, pistão, camisas de pistão, pino de pistão, anéis de segmento, buchas dos pinos de bielas, bielas, bronzinas, moentes do virabrequim, retentores do virabrequim, munhões do virabrequim, bronzinas de mancais, junta do cárter do motor, cárter do motor, bujão do cárter do motor, pescador de óleo, bomba de óleo lubrificante, filtro de óleo,

6.2 Manutenção corretiva: Tem o objetivo de restaurar as condições iniciais e ideais de operação do veículo, eliminando as fontes de falhas que possam existir. Dependendo do contexto, a manutenção corretiva pode ocorrer de duas situações distintas:

6.2.1 Devido a uma avaria inesperada e não planejada que tenha ocorrido.

6.2.2 Exemplo: a quebra de um para-brisas por ocasião de choque com uma pedra, lançada por outro veículo.

6.2.3 Devido ao relato de problema identificado através de programa de monitoramento e acompanhamento das condições do veículo e equipamento/máquinas.

6.2.4 A manutenção corretiva deve ser realizada a fim de corrigir defeitos em veículos com falha, tratando-se de reparo ou substituição das partes danificadas. Preservando as condições de operação dos veículos, sanando defeitos e mantendo o estado geral de todos os sistemas do veículo, peças, conforme requisitos constantes nos manuais de manutenção, tabelas técnicas e documentações específicas de cada linha de veículo, especialmente no que se refere motor, suspensão, elétrico, direção, transmissão, tração, carroceria, alimentação, exaustão, mecânico, freios, hidráulico, refrigeração, injeção eletrônica, pneumático, tapeçaria e capotaria, lanternagem e pintura, entre outros.

6.2.6 Seguem alguns serviços necessários na manutenção corretiva:

6.2.6.1 Motor, reparo e/ou substituição de: filtro de ar do motor, alojamento do filtro de ar do motor, dutos de ar do motor, corpo de borboleta, junta do coletor de admissão, coletor de admissão, eixo comando de válvulas, retentor do eixo comando de válvulas, balancins, junta da tampa de válvula, tampa de válvula, tampa do motor, junta do cabeçote de válvulas, cabeçote de válvulas, sede de válvulas, guias de válvulas, molas das válvulas, válvulas de admissão, válvulas de escape, junta do coletor de escape, coletor de escape, bloco de motor, pistão, camisas de pistão, pino de pistão, anéis de segmento, buchas dos pinos de bielas, bielas, bronzinas, moentes do

virabrequim, retentores do virabrequim, munhões do virabrequim, bronzinas de mancais, junta do cárter do motor, cárter do motor, bujão do cárter do motor, pescador de óleo, bomba de óleo lubrificante, filtro de óleo entre outros.

6.2.6.2 Sistema de suspensão, reparo e/ou substituição de: parafusos e porcas, coxins e batentes, amortecedores e molas, pneus, aros e rodas, pivô, rolamentos, mangas de eixo, entre outros.

6.2.6.3 Sistema elétrico, reparo e/ou substituição de: correia do alternador, alternador, chicote, aterramentos, bateria, motor de partida, lâmpadas de farol alto, lâmpada de meia luz, lâmpada de luz mínima, lâmpada do pisca, lâmpada da luz de ré, lâmpada da luz de freio, vidros elétricos, travas elétricas, air-bag, alarme, limpadores de para brisas, esguicho, rádio, painel de instrumentos, caixa de fusíveis, entre outros. Para os equipamentos híbridos, tipo os Geradores e Tratores, identificados na tabela que decreve a frota, podem ser solicitados serviços que demandem componentes específicos para os mesmos.

6.2.6.4 Sistema de direção, reparo e/ou substituição de: coluna de direção, caixa de direção, bomba hidráulica da direção, barras de direção, terminais de direção, alinhamento da direção e balanceamento das rodas, cambagem e câster das rodas entre outros.

6.2.6.5 Sistema de transmissão, reparo e/ou substituição de: embreagem, disco, platô, colar, cilindro de embreagem, caixa de câmbio, cruzetas e trizetas, tulipas, eixo cardan, rolamento de centro, diferencial, pião coroa, satélite e planetárias, semieixo, juntas homocinéticas, coifas, rolamentos entre outros.

6.2.6.6 Sistema de tração, reparo e/ou substituição de: alavanca de acionamento, bomba de vácuo, mangueiras e conexões, caixa de transferência, coxins da caixa de transferência, cruzetas do eixo cardan da tração, eixo cardan da tração, diferencial dianteiro, satélites e planetárias do diferencial dianteiro, retentores laterais da semi árvore do diferencial dianteiro, rolamentos laterais do diferencial dianteiro, rolamentos do pião, coroa do diferencial dianteiro, pino de bloqueio, entre outros.

6.2.6.7 Carroceria, reparo e/ou substituição de: mono bloco, chassi, para lama, para barro, grade frontal, painel frontal, painel corta fogo, cofre do motor, grade do para-brisa, borracha do para-brisa, para-brisa para-choque, insulfilme, vidro das portas, retrovisores, portas, longarinas, porta malas, borrachas das portas, assoalho entre outros.

6.2.6.8 Sistema de alimentação, reparo e/ou substituição de: tanque de combustível, bomba de combustível, boia do nível de combustível, filtro de combustível, mangueiras de combustível, regulador de pressão entre outros.

6.2.6.9 Sistema de exaustão, reparo e/ou substituição de: coletor de escapamento, juntas do escapamento, coxins do escapamento, catalizador, abafador, tubulação, ponteira, entre outros.

6.2.6.10 Sistema mecânicos, reparo e/ou substituição de: Acoplamentos, coxins, parafusos, fixações, alinhamentos, eixos, limitadores entre outros.

6.2.6.11 Sistema freios, reparo e/ou substituição de: pedal de freio, cilindro mestre de freio, servo- freio, tubulações e conexões, cilindros de roda, pinças de freio, pastilhas de freio, patins de freio, cabo de freio de estacionamento, tambores de freio, discos de freio, fluido de freio, reservatório do fluido de freio, mangueiras e válvula do vácuo, cuícas de freio, eixo "S", buchas do eixo "S".

6.2.6.12 Sistema hidráulico, reparo e/ou substituição de: correia da bomba hidráulica, reservatório de óleo hidráulico, bomba hidráulica, tubulações e mangueiras, conexões, entre outros.

6.2.6.13 Sistema refrigeração, reparo e/ou substituição de: correia do compressor, compressor, óleo do compressor, condensador, filtro secador, evaporador, válvula de expansão, eletro-ventilador do condensador, eletro-ventilador do evaporador, filtro de pólen, relés, sensores de pressão, mangueiras e tubulações, anéis orings, pressão de refrigerante, recarga de líquido refrigerante, botoeiras, dutos de ventilação entre outros.

6.2.6.14 Sistema injeção eletrônica, reparo e/ou substituição de: , central de injeção eletrônica UCE, bomba de combustível, chicotes em geral, bicos injetores, sensor de rotação, sensor de fase, sensor de temperatura, sonda lambda pré e pós catalizador, medidor de pressão absoluta, medidor de fluxo de ar, válvula do cânister, sensor de posição da borboleta, atuador de marcha lenta, sensor de detonação, sensor de velocidade, bobina de ignição, cabos de vela, velas de ignição, sensor de pressão de óleo, eletroválvulas de modulação da turbina de geometria variável, sensor de pressão de turbo, tensor de temperatura de gases de admissão, sensor de pressão de combustível, válvula de pressão de combustível, sensor de pressão do rail, entre outros.

6.2.6.15 Sistema pneumático, reparo e/ou substituição de: correia do compressor de ar, compressor de ar, mangueiras e conexões, reservatório de ar, válvula de alívio, válvula do pedal, válvula relé, válvula de 4 vias, servo de embreagem entre outros.

6.2.6.16 Tapeçaria e capotaria, reparo e/ou substituição de: carpete de assoalho, tapetes, cintos de segurança, forro de portas, forro de teto, capas de bancos, capota marítima, protetor de caçamba, estofamento dos bancos entre outros.

6.2.6.17 Lanternagem e pintura, reparo e/ou substituição: pintura completa, polimento, mono bloco, chassi, para lama, para barro, grade frontal, painel frontal, painel corta fogo, cofre do motor, grade do para-brisa, borracha do para-brisa, para-brisa para choque, insulfilme, vidro das portas, retrovisores, portas, longarinas, porta malas, borrachas das portas, assoalho entre outros.

6.3 Extramanutenção: consiste em identificação de oportunidade de melhorias ou da necessidade de serviços eventuais ou complementares nos sistemas e subsistemas dos veículos e equipamentos/máquinas objetos deste Estudo Técnico Preliminar.

a.) A execução destes serviços, incluindo-se horário e prazo, deverão ser acordados e aprovados previamente pela FISCALIZAÇÃO.

6.4 Serviços de socorro mecânico e guinchamento:

6.4.1 Reboque 24 (vinte e quatro) horas: Consiste nos serviços de socorro e/ou transporte através de veículo do tipo guincho, podendo ser dentro ou fora das cidades onde localizam-se as unidades federativas em que o INSA tem atuação. Em caso de reboque de veículo, ele deverá ser encaminhado para oficina credenciada mais próxima de acordo com o tipo do veículo rebocado e o problema mecânico apresentado.

6.4.2 O serviço de reboque será prestado em regime de plantão de 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, devendo ser disponibilizado número de telefone para acionamento.

6.4.3 O prazo máximo para atendimento de chamados / solicitações será:

I. No perímetro urbano da Campina Grande e municípios com população acima de 100 (cem) mil habitantes: 1 (uma) hora.

II. . Em outras regiões do Estado da Paraíba: 2 (duas) horas para cada 100 km, ou fração, de distância entre a localização do veículo e o município de destino indicado pela CONTRATANTE.

6.4.3.1 No caso de prestação de serviços dentro do Estado Sede do INSA, a autorização verbal do Fiscal de Contrato, via telefone, bastará para que a credenciada da CONTRATADA inicie a prestação do serviço, quando a urgência da situação o demandar.

6.5 Lavagem e higienização: consiste na remoção de detritos em todos os componente internos e externos dos veículos utilizando-se de material/produtos que não degradem esses componentes e que não causem danos ao meio ambiente. Podendo ser utilizados de equipamentos/máquinas e técnicas que proporcione mais eficiência e rapidez na execução da atividade. Dentre esses serviços podemos citar:

a) Lavagem simples/rápida: procedida na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem nas entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados. Secagem com flanela limpa e conservada. A lavagem simples difere da lavagem completa, pela exclusão dos itens lavagem da parte inferior do veículo, lavagem do motor e polimento

b) Completa/geral: consiste na sua limpeza inferior, externa, interna, secagem e acabamento, sopragem, aspiração geral e polimento. Inclui-se nesse processo a lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, etc. Lavagem das entreportas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados. Inclui-se a lavagem a seco interna que compreende: Lavagem a Seco (bancos, carpetes, piso, forro lateral, forro teto): escovar e retirar a sujeira com máquina apropriada, utilizando-se aplicação de produtos adequados, quantas vezes necessárias para alcançar a limpeza desejada.

c) Lavagem especial: completa, incluindo a desmontagem/montagem para lavagem dos carpetes e bancos dos veículos, bem como a limpeza dos forros das portas e tetos dos veículos e polimento em toda a lataria externa dos veículos, utilizando se cera automotiva específica.

6.6) Todas as operações serão realizadas interativamente, via web, entre o sistema da Contratada e o operador - servidor autorizado do INSA mediante opções de execução oferecidas (menus).

6.7) As oficinas e concessionárias/empresas integrantes da rede pela Contratada deverão fornecer garantia conforme estabelecido abaixo:

a) De acordo com a fabricante da peça, ou em sua omissão, mínimo de 6 (seis) meses para as peças repostas e instaladas nas oficinas conveniadas pela Contratada, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal (is) fatura(s);

b) 6 (seis) meses para os serviços executados pelas oficinas credenciadas pela Contratada onde não houver utilização de peças, a partir da emissão da(s) nota(s) fiscal(is) fatura(s);

c) Os serviços de manutenção corretiva terão garantia mínima de 12 (doze) meses, exceto alinhamento de direção e balanceamento de rodas que terão garantia de 30 (trinta) dias, os serviços de lanternagem e pintura deverão ter garantia mínima de 06 (seis) meses.

d) Serviços em motor, câmbio e suspensão: contada a partir da data da efetiva prestação dos serviços, que não poderá ser inferior a 08 (oito) meses ou 15.000Km, o que ocorrer por último.

6.8) Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela empresa conveniada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da Contratada, e respectiva autorização pelo fiscal designado pela contratante, que se pronunciará após imediata análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente.

6.9) Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da Contratada deverão ser por esta reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre a contratante e tais prestadores de serviço.

6.9.1 Toda a rede credenciada deverá emitir documento fiscal para fins de garantia.

6.10) Os veículos do INSA só poderão ser testados, num raio de até 10 km do local onde está sendo executado o serviço, cobertos por faixa ou adesivo com a inscrição "VEÍCULO EM TESTE"..

6.11) Quando da entrega dos veículos na oficina, seu recebimento será efetuado através de formulário próprio, em duas vias, contendo no mínimo os seguintes dados: identificação do veículo (marca, modelo, cor, ano e placa); data e hora do recebimento; nível de combustível e quilometragem; marca/modelo e estado de conservação dos pneus; acessórios instalados (rádio/CD, sirene, rádio comunicador, sinalizador automotivo, etc.) descrição resumida dos serviços requeridos ou dos defeitos apresentados; nome e assinatura das partes.

6.11.1) Constará necessariamente no formulário, que o veículo foi entregue com todos os acessórios e equipamentos obrigatórios (macaco, chave de roda, estepe, extintor e triângulo), como também que sua carroceria/lataria e capotaria/tapeçaria encontram-se em perfeito estado geral, sendo efetuadas no formulário ressalvas, no momento do recebimento do veículo pela detentora do Contrato, caso haja alguma divergência ou avaria.

6.11.2) A devolução dos veículos mantidos será realizada mediante procedimento formal, através de recibo de entrega a servidores credenciados pelo órgão.

6.12) Os prazos para execução das manutenções/reparos necessários nos veículos/máquinas devem ser estabelecidos de comum acordo com a CONTRATADA, e registradas nas Ordens de Serviço, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, não podendo ser superior a 120 (cento e vinte) horas, a partir da aprovação do orçamento.

6.13) Os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

6.14) As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada da Contratada deverão proceder à entrega ao usuário das peças substituídas nos veículos, bem como os certificados de garantia e relação de peças utilizadas com marca e modelo. Ainda com relação as peças substituídas, essas poderão ser descartadas na própria oficina (de modo ambientalmente correto), após a avaliação final das mesmas pelo Fiscal do Contrato.

6.15) A execução dos serviços será iniciada no momento em que for solicitada pela Contratante, na forma que segue:

a) A seleção do orçamento mais vantajoso para a Administração deverá ser realizada observando-se o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, SERVIÇO E/OU MATERIAL, PROXIMIDADE DA SEDE DO INSA caso haja necessidade de guincho ou gasto com combustível para ir até o estabelecimento credenciado. Comparando-se à pesquisa de mercado realizada pela Administração, considerando os orçamentos, a serem fornecidos pelas empresas conveniadas da CONTRATADA, por evento INSA.

a.1) o prazo para elaboração dos orçamentos não poderá ser superior a 03 (três) dias úteis, contados da demanda, prorrogáveis por mais 2 (dias) úteis, se justificar e essa for aceita pela Administração.

a.2) Como regra geral, os serviços de manutenção deverá ser precedidos de comparação entre os estabelecimentos credenciados disponíveis na plataforma, como a de menor valor ou a que apresenta a melhor relação custo benefício.

a.3) A contratante deverá adquirir as peças ou acessórios sendo considerada como preço e a proximidade do local da execução dos serviços.

b) Os serviços serão executados com observância dos prazos, condições e valores constantes nas tabelas e ferramenta abaixo citadas, que deverão ser fornecidas à pela CONTRATADA após a assinatura do(s) instrumento(s) contratual(is):

I. Tabelas do Fabricante de Tempo Padrão de Reparos (hora-trabalho), para os serviços de mão de obra;

II. Tabela Oficial de Preços de Peças e Acessórios Novos e Genuínos, emitida pelos fabricantes dos veículos.

III. Sistema eletrônico Audatex (utilizado pelas empresas autorizadas, seguradoras e reparadoras de veículos) ou sistema similar autorizado pela CONTRATANTE nacionalmente reconhecido para utilização de tabelas de Tempo Padrão.

b.1. A CONTRATADA deverá fornecer login e senha ao CONTRATANTE do Sistema eletrônico Audatex (utilizado pelas empresas autorizadas, seguradoras e reparadoras de veículos) ou sistema similar autorizado pela CONTRATANTE, sem nenhum custo adicional pelo referido serviço.

b.2) A base do cálculo do preço praticado para prestação de serviços de mecânica, elétrica, lanternagem, alinhamento e balanceamento e outros deverá ser de acordo com o tempo para a execução do serviço constante da Tabela de Tempos Padrão de Reparos adotados pela montadora de acordo com o modelo da viatura (código, descrição e tempo padrão de execução do serviço, aplicando-se o desconto contratado.

c) Os orçamentos, quando apresentados, deverão vir constando discriminação detalhada dos serviços e/ou materiais a serem substituídos, seu quantitativo e valor unitário, incluindo-se todos os insumos, de acordo com a legislação vigente, e o respectivo prazo de garantia;

d) Os orçamentos deverão ser encaminhados à Seção de Transportes por meio eletrônico identificando razão social, número de inscrição no CNPJ, endereço da sede da empresa, telefone, cargo e endereço eletrônico do responsável pela emissão da proposta, sempre que demandado.

d) No orçamento deverá constar: AQUISIÇÕES DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, COMPONENTES E MATERIAIS/SERVIÇOS.

e) A cotação eletrônica de preços na rede credenciada será realizada com a apresentação de, no mínimo, 03 (três) orçamentos para cada peça/material e/ou serviço, oriundos de estabelecimentos distintos. O fiscal da frota poderá, a seu exclusivo critério, solicitar cotações adicionais, sem limitação de número, devendo o sistema assegurar o registro dessas cotações extras.

f) Na impossibilidade de se cotar o preço com ao menos 3 (três) fornecedores, poderá ser exigida a apresentação de notas fiscais de contratações semelhantes no período de até um ano anterior, a fim de comprovar a razoabilidade do preço praticado.

g) A Administração poderá fazer pesquisas de preços no mercado para eventuais aferições, inclusive em locais diversos da rede credenciada pela Contratada.

6.16) As operações serão realizadas interativamente, através de sítio eletrônico na rede mundial de computadores (internet), entre o sistema da CONTRATADA e os operadores – servidores autorizados da CONTRATANTE, de acordo com cada nível de acesso, mediante opções de execução oferecidas (menus), com possibilidade de acesso a partir de qualquer terminal conectado à internet, por meio de login e senha de usuário;

6.18) A plataforma web da contratada deverá estar disponível de forma contínua para a CONTRATANTE realizar, no mínimo, as seguintes operações:

I - abrir Ordens de Serviço on-line/real time;

II - receber orçamento on-line/real time, com opção para extração em formato planilha ou PDF, para fins de controle e arquivo;

III - avaliar e aprovar on-line/real time orçamentos de peças, acessórios e serviços;

IV - cotar preços de peças, acessórios e serviços on-line/real time;

V - visualizar a combinação mais econômica entre as cotações realizadas;

VI - autorizar a realização de serviços de manutenção e reparos, bem como o fornecimento de autopeças e acessórios para os veículos da frota da contratante junto aos estabelecimentos da rede, por meio de senha fornecida aos fiscais designados pela Administração;

VII - acompanhar on-line o status dos serviços que estiverem sendo executados;

VIII - cadastrar e alterar operadores e veículos;

IX - controlar e gerenciar as regras de uso e limites de despesas;

X - gerar relatórios gerenciais, com opção para extração em formato planilha ou PDF;

XI - gerar relatórios específicos, analíticos e sintéticos, por período pré-estabelecido, individualizados por veículos ou grupos de veículos, que possibilitem a análise de gastos discriminados por peças e serviços;

XII - visualização dos saldos de cada veículo e possibilidade de redistribuição dos saldos;

XIII - demonstrativo do faturamento mensal, relativo a cada fechamento de período e emissão de nota fiscal para pagamento, discriminado valores gastos com peças, serviços e taxa de administração.

6.19) A plataforma web deverá possibilitar à CONTRATANTE a aquisição, por meio da rede credenciada da CONTRATADA, de quaisquer peças de reposição, nos termos do previsto na norma ABNT NBR 15296 (peça de reposição com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça de produção original, ou seja, daquela a ser substituída), sempre que se aplicar.

6.20) Para efeito de solicitação da origem de peças a serem fornecidas serão consideradas as seguintes nomenclaturas:

a) genuínas: produzidas com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo. Serão obrigatoriamente utilizadas quando na execução de revisões periódicas realizadas durante o período de garantia especificado pelo fabricante;

b) originais: aquelas que possuem os mesmos padrões e níveis de qualidade exigidos pelo fabricante;

c) primeira linha: produto não original/genuíno, que não seja recondicionado, de primeiro uso, não remanufaturado mas que atenda os níveis de qualidade e aplicabilidade recomendados ou indicados pelo fabricante ou montadora do veículo, denominado de mercado de oferta independente.

d) O Sistema deve informar o tipo de peça a que se refere, visando aferir junto às tabelas.

6.20.1) Excepcionalmente, quando não houver disponibilidade de peças genuínas e originais no mercado e mediante comprovação por parte da credenciada pela CONTRATADA, poderá ser admitida a substituição por peça de primeira linha.

6.20.2) No caso de peças de primeira linha o parâmetro a ser adotado, não serão os sistemas tabelados (Audatex ou outro aprovado pela Administração), haja vista este tratar de valores oficiais de peças genuínas/originais, devendo ser avaliada a orçamentação, e/ou a realização de pesquisas pelo Fiscal do Contrato, não devendo usar o valor limite da tabela que trata de peças genuínas para aferição.

6.21) O sistema da Contratada deverá, de forma automática, enviar solicitação de orçamento para todas as oficinas credenciadas na localidade em que se pretende executar o serviço;

6.22) No caso de veículos novos visando manter a garantia do bem, a contratada deverá proceder o credenciamento junto às concessionárias habilitadas para atender, desde que seja vantajosa para a Administração.

6.23) A CONTRATADA é responsável pelas cotações e transações que envolvam os orçamentos, junto à rede credenciada de oficinas.

6.24) O sistema deverá permitir o registro da negociação dos preços junto a rede credenciada.

6.25) A CONTRATADA obriga-se a credenciar novos fornecedores, se em pesquisa de mercado realizada pela Administração fora da rede credenciada, os preços não forem compatíveis com a realidade de mercado.

6.26) A CONTRATANTE deverá contratar os serviços e adquirir as peças ou acessórios atentando para o melhor desconto ofertado pela rede conveniada, sendo considerada como critério a proximidade do local onde o serviço será executado, avaliando-se o custo/benefício.

6.27) As oficinas integrantes da rede conveniada deverão ter como limite máximo de preço para peças e acessórios originais que possuam código da montadora (número de peça) os constantes da Tabela de Preço Oficial da montadora do veículo para o qual o material está sendo adquirido.

6.28) A base do cálculo do preço praticado para prestação de serviços de mecânica, elétrica, lanternagem, alinhamento e balanceamento e outros deverá ser de acordo com o tempo para a execução do serviço constante da Tabela de Tempos Padrão de Reparos adotados pela montadora de acordo com o modelo do veículo (código, descrição e tempo padrão de execução do serviço).

6.29) Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela empresa conveniada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da CONTRATADA, e respectiva autorização pelo fiscal designado pela CONTRATANTE, que se pronunciará após imediata análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente.

6.30) O sistema deve providenciar o Cadastramento do Administrador/Gestor do Sistema – a CONTRATANTE designará servidor para exercer esta função, o qual irá operar, gerenciar e manter as informações pertinentes ao uso do sistema;

6.31) O sistema deve possibilitar Cadastramento de usuários – os quais terão acesso ao sistema e às informações através de relatórios e telas de consulta. Toda operação se dará mediante identificação de senha pessoal e intransferível. Será considerado usuário os servidores indicados pela CONTRATANTE, representantes das unidades regionais onde está distribuída a frota de veículos, designados fiscais setoriais e responsáveis pelo acompanhamento e gerenciamento dos serviços, aos quais a CONTRATADA disponibilizará senhas de acesso ao sistema web, em diferentes níveis, conforme o caso, seguindo determinação do Gestor.

6.32) Cadastramento de veículos/máquinas – no mínimo, as seguintes informações deverão constar do cadastro:

a) tipo; b) placa; c) chassi; d) marca; e) modelo; f) ano de fabricação; g) centro de custo; h) tipo de combustível; i) capacidade do tanque (litros); j) quilômetros rodados – marcação do hodômetro/horas de uso; k) dados da vida mecânica do veículo;

6.33) O sistema deve possibilitar cadastramento da vida mecânica do veículo/equipamento– no mínimo, as seguintes informações deverão constar do cadastro: a) identificação da ordem de serviço; b) número e data das notas fiscais emitidas pelo fornecedor.; c) identificação do veículo/máquina (modelo e placas/número de série); d) centro de custo; e) data e hora de abertura e fechamento da ordem de serviço; f) data e hora de início e término da manutenção do veículo; g) tipo de serviço (aquisição de peças/ realização de manutenção / serviço de guincho/ etc.); h) identificação do gestor responsável pela aprovação do orçamento (nome e matrícula); i) quilometragem do veículo no momento da execução do serviço; j) descrição dos serviços executados e das peças trocadas; k) valor total dos serviços; l) valor total das peças; m) tempo de garantia dos serviços realizados; n) tempo de garantia das peças substituídas; o) valor total da operação; p) descrição sumarizada da operação; q) razão social, endereço e CNPJ do fornecedor e/ou prestador de serviço e r)

6.34) Serviço de Cadastramento de condutores – no mínimo, as seguintes informações deverão constar do cadastro: a) nome; b) matrícula funcional; c) centro de custo; d) senha de permissão de uso (pessoal e intransferível).

6.35) O Sistema deve gerar Relatórios – deverão estar disponíveis para consulta e emissão, sem prejuízo de eventuais alterações e adequações às necessidades da CONTRATANTE:

a) relatório de consumo e composição do faturamento separados por período de fechamento e emissão de nota fiscal para pagamento;

- b) relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle de despesas e tipos de serviços, do valor das peças e da mão de obra, das garantias, do histórico de ordens de serviço, orçamentos e de manutenção por veículo e por centro de custo;
- c) relatórios específicos, analíticos e sintéticos, por período pré-estabelecido, extraídos por veículos individuais ou grupos, que possibilitem a análise de gastos discriminados em peças e serviços;
- d) histórico das operações realizadas durante a vigência contratual;
- e) histórico de manutenção por período, por tipo de veículo, por placa, por centro de custo e por estabelecimento comercial, com descrição do valor total de peças e serviços;
- f) histórico de Ordens de Serviço cadastradas;
- g) demonstrativo comparativo do valor negociado na ordem de serviço;
- h) relatório do registro de garantia de peças e serviços;
- i) histórico de orçamentos;
- j) histórico dos serviços executados;
- k) despesas por veículo;
- l) relatório da vida mecânica do veículo;
- m) relatório de custos por tipo de veículo e centro de custo;
- n) demonstrativo da composição de frota, com ano de fabricação, tipo de veículo, modelo de veículo, centro de custo, placas e demais dados de identificação;
- o) relação completa e discriminada da rede credenciada;
- p) demonstrativo do custo por tipo de manutenção;
- q) demonstrativo do custo global e mensal de peças e serviços;
- r) demonstrativo dos gastos com peças, serviços e taxa de administração;
- s) demonstrativo dos limites de saldo por veículo;
- t) todos os relatórios devem ser gerados a partir de período pré-estabelecido pelo gestor de frota, permitindo comparativos de desempenho, análise de gestão e migração de dados para planilha eletrônica possibilitando a extração de dados com um período mínimo de 12 (doze) meses.

6.36) O Sistema deve permitir o Cadastramento individualizados e personalizados por veículo da frota, com as seguintes informações: identificação da Contratante; identificação do veículo/equipamento: placa, marca e modelo.

6.37) O Sistema Web deve possibilitar consulta às tabelas de tempo de não de obra padrão, necessária a fiscalização dos orçamentos apresentaddos pela rede credenciada, deve possibilitar a consulta de tempo padrão para todos os serviços relacionados as marcas /modelos de veículos, , sendo que no caso de serviços com mão de obra em que não conste no sistema, a contratada deverá fazer pesquisa em concessionária da marca e apresentá-la formalmente a Contratada.

6.38) A contratada deve capacitar e treinar os operadores do INSA, sem custo adicional, assim como sempre que houver atualizações na plataforma web de trabalho ou mudanças na sua operacionalização, de forma a manter a maior eficiência e eficácia na utilização do sistema. Disponibilizar manuais e outros.

6.39) A contratada deve manter, na cidade de Campina Grande/PB, quantidade mínima de rede própria ou credenciada de estabelecimentos a serem mantidos por localidade destinados aos diversos tipos de marcas e modelos dos veículos do INSA, com no mínimo de 09 (nove) estabelecimentos para serviços mecânicos/elétricos/hidráulicos, de troca de óleo, de alinhamento e balanceamento, de borracharia, capotaria, tapeçaria, funilaria, pintura, vidraçaria e especializados em ar condicionado veicular.

6.39.1) Possuir ainda, para atendimento no estado da PARAÍBA e Estados de todo o Nordeste , além de Minas Gerais e Espírito Santo, prestadores de serviços de transporte por guinchamento em suspenso para remoção e socorro mecânico.

6.39.2) Caso a CONTRATADA não comprove a rede credenciada no prazo estipulado de 7 (sete) dias úteis após a homologação do certame e, se for o caso, as motivações não sejam aceitas pela CONTRATANTE, acarretará a decadência do direito à contratação (recusa em assinar o contrato), sujeitando o licitante às sanções do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, permitindo a convocação do próximo classificado.

- 6.40) Durante a vigência do contrato a CONTRATADA deve promover o credenciamento de outros estabelecimentos nas cidades e regiões mencionadas no Semiárido Brasileiro (e até em outros Estados, se necessário), a pedido da CONTRATANTE, em função das necessidades que se fizerem presentes, sempre conexas aos interesses públicos, para fins da prestação de serviços gerais de: mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, pintura, lubrificantes, filtros, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, borracharia, retifica, alinhamento, balanceamento, serviços de chaveiro e fornecimento de peças e acessórios em geral, tendo para isso o prazo de 30 (trinta) dias a partir da data da solicitação.
- 6.42) Os prazos para execução das manutenções/reparos necessários nos veículos/máquinas devem ser estabelecidos de comum acordo com a CONTRATADA, e registradas nas Ordens de Serviço, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, não podendo ser superior a 120 (cento e vinte) horas, a partir da aprovação do orçamento.
- 6.42.1) Os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 6.43) O Sistema deve permitir incluir novos veículos/equipamentos da frota do INSA/MCTI, inclusive de marcas e modelos diferentes do constante na frota inicial.
- 6.44) O sistema deverá ser compatível com os sistemas operacionais Windows 10/11/7, com os navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome, Microsoft Edge e com ferramentas de escritório como o BrOffice, sendo de responsabilidade da contratada quaisquer software adicional necessário ao acesso do sistema disponibilizado.
- 6.45) O sistema deve informar os códigos das peças e o tempo de realização dos serviços de mão de obra.
- 6.46) Os procedimentos mecânicos não compreendidos no Sistema Tempário (Tabelas) serão pagos mediante acompanhamento in loco pelo fiscal do contrato ou representante por ele designado, sendo considerado o tempo real do serviço
- 6.47) Poderá A CONTRATANTE, a qualquer tempo, indicar outras empresas para prestação dos serviços acima descritos, de modo a ampliar a rede de atendimento, bem como solicitar o credenciamento de empresas especializadas em serviços não descritos acima, desde que vinculados à manutenção e reparação automotiva e garantia da frota de veículos em condições de uso adequadas e seguras.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Considerando o contexto da nova licitação, o objeto de mostra por demanda, que nasce sob perspectiva preventiva ou corretiva, assim segue a quantidade de Ordem de serviços geradas nos últimos anos, na tabela a seguir.

Grupo	Item	Descrição	Nº de Ordem de serviços em 2022	Nº de Ordem de serviços em 2023	Nº de Ordem de serviços em 2024	Nº de Ordem de serviços em 2025	Nº de OS média anual - licitação 2026
1	1	Serviços de manutenção de veículos, manutenção operacional, preventiva, corretiva e extramanutenção, socorro mecânico, transporte por guincho, funilaria e lavagem de veículos e equipamentos/máquinas.	22	19	24	39	26
	2	Fornecimento de peças, pneus e acessórios para os sistemas elétricos, mecânico, funilaria, lubrificantes, refrigeração e demais partes de veículos e equipamentos/máquinas.					

OBSERVAÇÃO:

As Ordem de serviços foram utilizadas a partir do sistema da contratada atual para dispormos o consumo de solicitações obtidos para as peças/serviços diversos.

As informações foram extraídas consoante análise do id 13657973.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 208.413,38

Grupo	Item	Descrição	Und	Qtd	Gasto Mensal médio	Valor para 12 (doze) meses
1	1	Serviços de manutenção de veículos, manutenção operacional, preventiva, corretiva e extramanutenção, socorro mecânico, transporte por guincho, funilaria e lavagem de veículos e equipamentos/máquinas.	mês	12	5.679,26	68.151,12
	2	Fornecimento de peças, pneus e acessórios para os sistemas elétricos, mecânico, funilaria, lubrificantes, refrigeração e demais partes de veículos e equipamentos/máquinas.	mês	12	11.486,30	137.835,60
	VALOR TOTAL ESTIMADO PARA OS ITENS 1 e 2					205.986,72
						Valor total da Taxa anual
	3	Taxa de administração estimada sobre a soma do valor total estimado dos itens 1 e 2. (%)--				2.426,66
	VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: SOMA DOS ITENS 1,2 e 3.					R\$ 208.413,38

OBSERVAÇÃO: Os valores obtidos para as peças e serviços foram extraídos de levantamentos com todos os gastos que compõem a FROTA (VEÍCULOS e EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS) do INSA durante o período dentre os anos de 2022 e 2025 conforme demonstrativo de composição de custos id 13648102 oriundo do Setor Contábil, chegando ao valor médio aproximado total de R\$ 98.174,4, no entanto, para fins dessa Licitação, foram ponderados alguns aspectos:

- a) No ano de 2025 ingressaram 15 novos servidores - Analistas em Ciência e Tecnologia.
- b) Em 2025, a nova gestão do INSA passou a ampliar as operações.
- c) Em 2026, ingressaram 23 novos pesquisadores e tecnologistas.

Logo, se mostra mais racional, usarmos como referência o último valor consumido de 2025, acrescido de pelo menos mais 25 % de expansão do objeto, com isso propõe-se a adoção de R\$ 137.835,60 para peças somado com R\$ 68.151,12, somado com a Taxa de Administração na ordem R\$ 2.426,66, culminando no valor de R\$ R\$ 208.413, 38 (duzentos e oito mil, quatrocentos e treze reais e trinta e oito centavos.)

A estimativa do valor da contratação para os itens de peças e serviços, projetada em R\$ 205.986,72 , representa um acréscimo em relação à média histórica de consumo aferida pelo Setor Contábil entre 2022 e 2025 (R\$ 98.174,40). Este redimensionamento financeiro afasta-se da mera aplicação de índices de correção e fundamenta-se, obrigatoriamente, na expansão material das operações institucionais e na drástica alteração do perfil da frota do INSA/MCTI, haja vista expansão da Demanda Operacional e Efetiva do INSA /MCTI, pois houve um substancial incremento na força de trabalho finalística do Instituto, consubstanciado no ingresso de 15 novos Analistas em Ciência e Tecnologia no exercício de 2025 , somado à posse de 23 novos pesquisadores e tecnologistas ao longo de 2026. Esse aumento de efetivo correlaciona-se diretamente com o plano da nova gestão de ampliar as atividades do órgão, multiplicando vertiginosamente a necessidade de deslocamentos e pesquisas de campo em todo o perímetro do Semiárido Brasileiro. Associado ao fato da necessidade de trocas de acessórios de maior monta como pneus da frota que ocorre esporadicamente. Por fim, ressalte-se que o contrato é por demanda.

Portanto, a estimativa global (incluindo a Taxa de Administração) totalizada em R\$ 208.413,38 (duzentos e oito mil, quatrocentos e treze reais e trinta e oito centavos) é indispensável para assegurar a exequibilidade do contrato frente à nova realidade do órgão, mitigando o risco de paralisação das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação por insuficiência de saldo contratual.

Em seguida, deverá ser realizada a aferição dos descontos mínimos exigidos em cada item do Grupo e da Taxa Administrativa máxima aceitável, visando compor o valor de referência final para o Termo de Referência a ser confeccionado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A opção pelo não parcelamento do objeto, com o agrupamento do fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção em lote único, fundamenta-se no princípio da eficiência e na busca pela seleção da proposta mais vantajosa, conforme as seguintes premissas técnicas e jurídicas em consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU):

1. Unicidade de Responsabilidade e Garantia Técnica: O agrupamento visa evitar a fragmentação de responsabilidades (conflito de competências) entre fornecedores distintos. A separação entre quem fornece a peça e quem executa o serviço compromete a eficácia das garantias legais e contratuais. Eventuais falhas mecânicas gerariam impasses sobre a origem do defeito (vício do produto ou erro na instalação), prejudicando a disponibilidade da frota e onerando a Administração com perícias desnecessárias.
2. Economia de Escala e Atratividade do Certame: Embora os itens possuam natureza divisível, o valor estimado, se segregado, reduz o interesse do mercado e a competitividade. O agrupamento potencializa a economia de escala, atraindo licitantes com maior capacidade operacional e permitindo a obtenção de descontos mais expressivos, atendendo ao disposto no art. 47, II, da Lei nº 14.133/2021.
3. Eficiência Operacional e Unicidade de Gestão (Cartão Magnético): A gestão da frota por meio de sistema informatizado e cartão magnético pressupõe uma solução integrada. O parcelamento exigiria a gestão de múltiplos contratos e sistemas para um mesmo veículo, duplicando a carga burocrática de fiscalização e as rotinas de pagamento. O TCU admite o agrupamento quando o parcelamento implicar em 'incremento de custos de gerenciamento de contratos que não seriam compensados pela redução de preços obtida com a adjudicação por itens' (Acórdão 2.622/2013-Plenário).

Dito isso, a congregação em lote único é sustentada por entendimento do TCU, registrando que o tratamento por item tornaria o escopo do desenho do objeto que atende ao interesse da Administração da Unidade de Pesquisa fragilizado e certamente afetaria o interesse público, com múltiplos e pequenos contratos, cuja racionalidade não se sustentaria se essa equipe de planejamento procedesse com desenho dos itens em separado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação trata-se de uma solução autônoma, voltada exclusivamente à gestão da frota de veículos dos órgãos abrangidos, não estando vinculada a outros contratos complementares ou dependentes para sua execução. Sua estrutura operacional, seus insumos e seus resultados não dependem de articulação com outras contratações específicas, razão pela qual não se identifica qualquer relação de complementaridade ou continuidade com contratos correlatos já firmados ou planejados pela Administração do INSA/MCTI.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação foi inclusão no PCA 2026 de forma extemporânea conforme a alteração no modelo de gestão das contratações do INSA/MCTI, consoante id 13643809.

Pondere-se ainda que o INSA não possui PLS vigente.

A contratação em comento atende ao Planejamento Estratégico do INSA 2020-2030, haja vista a convergência com suporte às atividades finalísticas do Órgão, pois se a frota não estiver em funcionamento as atividades da COPEQ e da COADM sofrerão interrupções, dificultando a execução dos projetos associados a Ciência, Tecnologia e Inovação.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de uma empresa para o gerenciamento da frota do INSA/MCT, por meio de licitação, visa os seguintes benefícios institucionais:

- Redução da Burocracia: Eliminação de processos internos lentos para cotação e execução de serviços de forma individualizada.
- Centralização de Dados: Registro automático e armazenamento de toda a "vida mecânica" de cada veículo em sistema informatizado do INSA/MCTI.
- Celeridade no Atendimento: Rapidez na solução de problemas técnicos e operacionais através de sistema em tempo real junto a uma rede credenciada e especializada.
- Monitoramento em Tempo Real: Abertura de ordens de serviço, envio de orçamentos e aprovação de reparos de forma on-line pelo Fiscal do Contrato nomeado.
- Relatórios Gerenciais Detalhados: Disponibilização de dados analíticos e sintéticos sobre despesas por veículo, peça ou mão de obra.
- Redução de Custos e Desperdícios: Melhor gestão orçamentária e eliminação de desperdícios de tempo e recursos.
- Ganhos de Escala: Agrupamento de serviços (manutenção e peças) em um único lote para tornar o certame mais atrativo e obter melhores propostas.
- Ampla Rede Credenciada: Cobertura em todo o Semiárido Brasileiro (11 Estados), garantindo atendimento mesmo em viagens intermunicipais ou interestaduais.
- Manutenção Especializada: Acesso a oficinas, concessionárias e centros automotivos qualificados para manutenções preventivas, corretivas e extramanutenções.
- Preservação do Patrimônio: Garantia de uso de peças genuínas ou originais, conforme recomendado pelos fabricantes, para manter as condições ideais de operação, sempre que necessário e conveniente.

13. Providências a serem Adotadas

Para assegurar a adequada execução do contrato e o cumprimento das obrigações pactuadas, a Administração do INSA adotará, previamente à celebração contratual, as seguintes providências:

- a) Designação formal da equipe de fiscalização e gestão contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133 /2021, com a definição de responsáveis pelas atividades de fiscalização técnica, administrativa e setorial;
- b) Capacitação específica dos servidores designados para a fiscalização, com foco nos sistemas de controle de frota, nas funcionalidades da solução contratada (plataformas digitais, dashboards, relatórios gerenciais, etc.) a ser ministrado pela vencedora da licitação ;
- c) Acesso prévio à infraestrutura tecnológica necessária, como equipamentos de informática, conexão à internet, credenciais de acesso aos sistemas disponibilizados pela contratada e integração com eventuais sistemas internos da Administração, de modo a viabilizar a comunicação e o monitoramento dos serviços prestados; e

Tais providências visam garantir a efetividade da gestão contratual, promover a transparência, e permitir que os servidores atuem de forma técnica, preventiva e proativa na fiscalização da execução, em consonância com os princípios da eficiência, do controle e da boa governança pública.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 c/c com o art. 6º da Instrução Normativa/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a contratada deverá, ainda, adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental no fornecimento dos produtos e serviços, no que couber.

A contratada deverá assegurar a destinação ambientalmente adequada das baterias automotivas substituídas, sendo expressamente vedado o descarte inadequado, nos termos do art. 22 da Resolução CONAMA nº 401/2008 e regulamentos do IBAMA.

A contratada deverá efetuar a destinação final ambientalmente adequada dos pneus inservíveis gerados na prestação do serviço, conforme estabelece a Resolução CONAMA nº 416/2009.

A contratada ainda pode contribuir da seguinte forma, visando reduzir os impactos ambientais, junto à rede credenciada:

- 1. Exigência de que as oficinas credenciadas possuam sistemas de contenção de vazamentos e separadores de água e óleo.
- 2. Implementação da logística reversa para baterias e fluidos, garantindo a destinação final ambientalmente adequada por empresas licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.

3. Obrigatoriedade de logística reversa e reciclagem de bens e refugos, especialmente pneus inservíveis e sucatas metálicas.
4. Estabelecimento de rotinas de manutenção preventiva para garantir que os motores dos veículos/equipamentos operem com eficiência máxima de queima de combustível.
5. Buscar dar preferência por fornecedores e redes credenciadas que adotem práticas sustentáveis e comprovem requisitos de baixo consumo de energia e água em suas instalações, sempre que possível.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação dos serviços de gerenciamento e manutenção preventiva e corretiva da frota do INBSA/MCTI, com fornecimento de peças, demonstra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico, mostrando-se essencial para a continuidade das atividades institucionais.

A escolha pela modalidade Pregão, na forma eletrônica, justifica-se pela natureza do objeto. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de bens e serviços comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais praticadas no mercado automotivo e de gestão de frotas. Esta definição está em estrita consonância com o Art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

A opção pelo não parcelamento do objeto, agrupando o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção em um escopo global, é indispensável para garantir a unicidade de responsabilidade e a efetividade da garantia técnica. A separação entre quem fornece a peça e quem executa a mão de obra fragmentaria a responsabilidade, comprometendo as garantias legais e gerando impasses técnico-administrativos onerosos à Administração na apuração de falhas.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RICHARD MEDEIROS DE ARAUJO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 07:59:03.

ROBERTO CAVALCANTI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 09:56:40.

PAULO LUCIANO DA SILVA SANTOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 08:19:10.

TAISSA GUEDES CANDIDO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 10:15:22.

* MINUTA DE DOCUMENTO

**MINUTA DE
TERMO DE CONTRATO**

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA**

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA
(Processo Administrativo nº 01201.000302/2026-21)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E
.....

A União, por intermédio do Instituto Nacional do Semiárido (INSA), com sede na Avenida Francisco Lopes de Almeida, 4000, Serrotão, Campina Grande/PB, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 01.263.896/0019-93, neste ato representado pelo seu Diretor, José Etham de Lucena Barbosa, nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 01201.000302/2026-21 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90005/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE DE FROTA, com implantação e operação de sistema informatizado e integrado, via internet, com tecnologia de pagamento e controle por web, nas redes de estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, para execução de manutenção operacional, preventiva, corretiva e extramanutenção, com o fornecimento de peças de reposição, serviços, acessórios, socorro mecânico e lavagem dos veículos que compõem a frota (veículos e equipamentos /máquinas) do INSA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Grupo	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	1	Serviços de manutenção de veículos, manutenção operacional, preventiva, corretiva e extramanutenção, socorro mecânico, 25518 Mes 12 5.679,26 68.151,12 UASG 240114 Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação Atualização: DEZ/2025. 2 de 69 1 transporte por guincho, funilaria e lavagem de veículos e equipamentos /máquinas.	25518	Mês	12		
	2	Fornecimento de peças, pneus e acessórios para os sistemas elétricos, mecânico, funilaria, lubrificantes, refrigeração e demais partes de veículos e equipamentos/máquinas.	25518	Mês	12		
	VALOR TOTAL PARA OS ITENS 1 E 2						
	3	Taxa de administração sobre a soma do valor total estimado dos itens 1 e 2. (%)	25518	Mês	12		
VALOR GLOBAL DO CONTRATO							

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura deste Termo de Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
 - 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
 - 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
- 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**
- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
 - 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
 - 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
 - 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
 - 8.1.9. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.1.10. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 8.1.11. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

- 8.1.12. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.13. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.14. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.15. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.16. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

- 8.1.16.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.17. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de XXXXX;

8.1.18. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.19. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is): rede conveniada com disponibilização de estabelecimentos de acordo com o descrito no item 4, letra "C" do Estudo Técnico Preliminar;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 12.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.
- 12.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.8.3. Das indenizações e multas.
- 12.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

- 12.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 12.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- I - Gestão/unidade: [...];
 - II - Fonte de recursos: [...];
 - III - Programa de trabalho: [...];
 - IV - Elemento de despesa: [...]; e
 - V - Plano interno: [...]; e
 - VI - Nota de empenho: [...];
- 14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

- 16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

- 17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal na Paraíba, Subseção Judiciária de Campina Grande para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.
A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.
Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Emmanoel Fernandes de Barros, Analista em Ciência e Tecnologia**, em 06/05/2026, às 14:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **13737049** e o código CRC **87238966**.

MINUTA